

TERCEIRA PARTE

**REVOLUÇÃO BURGUESA E CAPITALISMO
DEPENDENTE**

Introdução

NA DESCRIÇÃO DA EMERGÊNCIA da Revolução Burguesa demos preferência à focalização de certos processos e de certos tipos humanos, que localizam historicamente o aparecimento do capitalismo como uma realidade interna. O que nos preocupou, na verdade, foi situar e determinar a passagem do entesouramento e da propensão a economizar pré-capitalistas para a acumulação capitalista propriamente dita (processo econômico que é, também, um processo psicossocial). Os tipos humanos escolhidos não são os únicos que permitem documentar (e, em certo sentido, interpretar descritivamente) essa passagem. Doutro lado, eles poderiam ser desdobrados, em função de uma multiplicidade de papéis econômicos específicos e das personalidades-*status* correspondentes, se a descrição exigisse maior aprofundamento analítico e interpretativo. Nesse caso, esses tipos humanos desapareceriam, tragados pelas categorias econômicas empresariais. No entanto, tais tipos humanos não só estavam na raiz mesma dos processos, que atraíram nossa atenção, como nada podemos entender dessa fase embrionária do capitalismo no Brasil se separarmos uns dos outros. É no seu enlace que se elevam ao primeiro plano tanto a “força selvagem” quanto a “debilidade crônica” da Revolução Burguesa sob o capitalismo dependente. Essas duas características não surgem tardiamente. Elas são primordiais e podem ser apanhadas antes de uma maior diferenciação do regime de produção capitalista e do regime de classes, quando proletariado e burguesia se defrontarão, como e enquanto forças antagônicas, no cenário histórico. A importância da análise está num fato simples: ela permite detectar um drama crônico, que não é da essência do capitalismo em geral, mas é típico do capitalismo dependente. As impossibilidades históricas formam uma cadeia, uma espécie de círculo-vicioso, que tende a repetir-se em:

quadros estruturais subseqüentes. Como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra o seu preço, embora sejam muito variáveis os artifícios da "conciliação" (em regra, uma autêntica negação ou neutralização da "reforma").

Contudo, feita essa focalização, progredimos muito pouco. Ela esclarece, mas não explica. Para explicar é preciso levar a indagação um pouco mais longe, se possível até aos elementos mais profundos e menos visíveis da organização da economia, da sociedade e do Estado. Somente assim a transformação capitalista, que se tornou historicamente viável no Brasil, pode aparecer como um todo e em toda a sua complexidade à investigação sociológica. Isso exige que se considere uma extensão de tempo maior e, em especial, que se tomem para observar as configurações "mais maduras" e "consolidadas" desse tipo de capitalismo. Sob essas condições já se podem questionar: 1.º a natureza do capitalismo (e, portanto, da transformação capitalista) que nos coube, graças à "partilha do mundo"; 2.º os marcos da evolução possível desse capitalismo e o que eles parecem reservar aos seus protagonistas principais, a burguesia e o proletariado.

CAPÍTULO 5

A Concretização da Revolução Burguesa¹

NA ACEPÇÃO EM QUE TOMAMOS o conceito, Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial. Há, porém, um ponto de partida e um ponto de chegada, e é extremamente difícil localizar-se o momento em que essa revolução alcança um patamar histórico irreversível, de plena maturidade e, ao mesmo tempo, de consolidação do *poder burguês* e da *dominação burguesa*. A situação brasileira do fim do Império e do começo da República, por exemp¹, contém somente os germes desse poder e dessa dominação. O que muitos autores chamam, com extrema impropriedade, de crise do poder oligárquico não é propriamente um "colapso", mas o início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas do poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa. Essa recomposição marca o início da modernidade, no Brasil, e praticamente separa (com um quarto de século de atraso, quanto às datas de referência que os historiadores gostam

¹ Escrito para servir, originalmente, de introdução à terceira parte do livro, este curto capítulo só focaliza, de uma perspectiva histórico-sociológica, os momentos de crise e de superação da crise do "poder burguês" e da "dominação burguesa" no Brasil, na transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista. A análise dos problemas concretos dessa transição é feita nos capítulos subseqüentes. Publicação prévia: "Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente", em *Debate & Crítica*, São Paulo, n.º 1, julho-dezembro de 1973, pp. 48-66.

de empregar — a Abolição, a Proclamação da República e as inquietações da década de 20), a “era senhorial” (ou o *antigo regime*) da “era burguesa” (ou a *sociedade de classes*).

Para o sociólogo, se se desconta o que ocorre no eixo Rio-São Paulo, o que caracteriza o desencadeamento dessa era é o seu tom cinzento e morno, o seu todo vacilante, a frouxidão com que o País se entrega, sem profundas transformações iniciais em extensão e em profundidade, ao império do poder e da dominação especificamente nascidos do dinheiro. Na verdade, várias burguesias (ou ilhas burguesas), que se formaram em torno da plantação e das cidades, mais se justapõem do que se fundem, e o comércio vem a ser o seu ponto de encontro e a área dentro da qual se definem seus interesses comuns. É dessa debilidade que iria nascer o poder da burguesia, porque ela impôs, desde o início, que fosse no terreno político que se estabelecesse o pacto tácito (por vezes formalizado e explícito) de dominação de classe. Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação sócio-econômica no que Weber entendia como “poder político indireto”. As próprias “associações de classe”, acima dos interesses imediatos das categorias econômicas envolvidas, visavam a exercer pressão e influência sobre o Estado e, de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares. Em consequência, a oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária; e encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível.

O efeito mais direto dessa situação é que a burguesia mantém múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do País. Ela não assume o papel de *paladina da civilização* ou de *instrumento da modernidade*, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do “atraso” quanto do “adiantamento” das populações. Por isso, não era apenas a hegemonia oligárquica que diluía o impacto inovador da dominação bur-

guesa. A própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias), se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora. No mais, ela florescia num meio em que a desagregação sócial caminhava espontaneamente, pois a Abolição e a universalização do trabalho livre levaram a descolonização ao âmago da economia e da sociedade. Sem qualquer intervenção sua, intolerante ou ardorosa, a modernização caminhava rapidamente, pelo menos nas zonas em expansão econômica e nas cidades mais importantes em crescimento tumultuoso; e sua ansiedade política ia mais na direção de amortecer a mudança social espontânea, que no rumo oposto, de aprofundá-la e de estendê-la às zonas rurais e urbanas mais ou menos “retrógradas” e estáveis.

Além desse aspecto sociodinâmico, cumpre não esquecer que o grosso dessa burguesia vinha de e vivia em um estreito mundo provinciano, em sua essência rural — qualquer que fosse sua localização e o tipo de atividade econômica — e quer vivesse na cidade ou no campo sofrera larga socialização e forte atração pela oligarquia (como e enquanto tal, ou seja, antes de fundir-se e perder-se principalmente no setor comercial e financeiro da burguesia). Podia discordar da oligarquia ou mesmo opor-se a ela. Mas fazia-o dentro de um horizonte cultural que era essencialmente o mesmo, polarizado em torno de preocupações particularistas e de um entranhado conservantismo sociocultural e político. O conflito emergia, mas através de discórdias circunscritas, principalmente vinculadas a estreitos interesses materiais, ditados pela necessidade de expandir os negócios. Era um conflito que permitia fácil acomodação e que não podia, por si mesmo, modificar a história. Além disso, o mandonismo oligárquico reproduzia-se fora da oligarquia. O burguês que o repelia, por causa de interesses feridos, não deixava de pô-lo em prática em suas relações sociais, já que aquilo fazia parte de sua segunda natureza humana.

Não obstante, essa mesma burguesia — como sucedera com a aristocracia na época da Independência — foi condicionada pelos requisitos ideais e legais da ordem social competitiva. Ela se define, em face de seus papéis econômicos, sociais e políticos, como se fosse a equivalente de uma burguesia revolucionária, democrática e nacionalista. Propõe-se, mesmo, o grandioso modelo francês da Revolução Burguesa nacional e democrática. Essa

simulação não podia ser desmascarada: a Primeira República preservou as condições que permitiam, sob o Império, a coexistência de “duas Nações”, a que se incorporava à ordem civil (a rala minoria, que realmente constituía uma “nação de mais iguais”), e a que estava dela excluída, de modo parcial ou total (a grande maioria, de quatro quintos ou mais, que constituía a “nação real”). As representações ideais da burguesia valiam para ela própria e definiam um modo de ser que se esgotava dentro de um circuito fechado. Mais que uma compensação e que uma consciência falsa, eram um adorno, um objeto de ostentação, um símbolo de modernidade e de civilização. Quando outros grupos se puseram em condições de cobrar essa identificação simbólica, ela se desvaneceu. A burguesia mostrou as verdadeiras entradas, reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico (que nos sirva de exemplo o tratamento das greves operárias na década de 10, em São Paulo, como puras “questões de polícia”; ou, quase meio século depois, a repressão às aspirações democráticas das massas).

Portanto, estamos diante de uma burguesia dotada de moderado espírito modernizador e que, além do mais, tendia a circunscrever a modernização ao âmbito empresarial e às condições imediatas da atividade econômica ou do crescimento econômico. Saía desses limites, mas como meio — não como um fim — para demonstrar sua *civilidade*. Nunca para empolgar os destinos da Nação como um todo, para revolucioná-lo de alto a baixo. A esse ponto-morto, que se objetivava a partir de dentro, contrapunha-se outro ponto-morto, que vinha de fora para dentro. A transição para o século XX e todo o processo de industrialização que se desenrola até a década de 30 fazem parte da evolução interna do capitalismo competitivo. O eixo dessa evolução, como se sabe, estava no esquema de exportação e de importação, montado sob a égide da economia neocolonial. A influência modernizadora externa se ampliara e se aprofundara; mas ela morria dentro das fronteiras da difusão de valores, técnicas e instituições instrumentais para a criação de uma economia capitalista competitiva satélite. Ir além representaria um risco: o de acordar o homem nativo para sonhos de independência e de revolução nacional, que entrariam em conflito com a dominação externa. O impulso modernizador, que vinha de fora e era inegavelmente considerável, anulava-se, assim, antes de tornar-se um fermento verdadeiramente revolucionário, capaz de converter

a modernização econômica na base de um salto histórico de maior vulto. A convergência de interesses burgueses internos e externos fazia da dominação burguesa uma fonte de estabilidade econômica e política, sendo esta vista como um componente essencial para o tipo de crescimento econômico, que ambos pretendiam, e para o estilo de vida política posto em prática pelas elites (e que servia de suporte ao padrão vigente de estabilidade econômica e política). Portanto, a dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos (na verdade, eles tinham existência legal ou formal, mas eram socialmente inoperantes).

Nessa situação, dois elementos precisam ser postos em especial relevo, por causa de sua importância para a interpretação sociológica da evolução da dominação burguesa. Um deles é o significado dessa dimensão autocrática da dominação burguesa. Entre as elites das classes dominantes havia um acordo tácito quanto à necessidade de manter e de reforçar o caráter autocrático da dominação burguesa, ainda que isso parecesse ferir a filosofia da livre empresa, as bases legais da ordem e os mecanismos do Estado representativo. Todavia, as concepções liberais e republicanas, apesar de suas inconsistências e debilidades, tornavam essa autocracia social e de fato um arranjo espúrio, já que ela entrava em contradição com os valores ideais e com os requisitos formais da ordem existente. As racionalizações atenuavam as implicações práticas da contradição (representada por alguns como “empecilho para o progresso” e entendida pela maioria como “um mal necessário”); mas não eliminavam nem a existência nem a germinação do conflito axiológico resultante. Como esse conflito fermentava no seio das classes dominantes, ele concorria poderosamente para minar a dominação burguesa e, principalmente, para impedir que ela se instaurasse como um todo monolítico e invulnerável. O outro elemento diz respeito ao progressivo aparecimento de uma efetiva “oposição dentro da ordem” e a “partir de cima”. Sob o regime escravocrata e senhorial, a aristocracia podia conter (e mesmo impedir) esse tipo de oposição, fixando às divergências toleradas os limites de seus próprios interesses econômicos, sociais e políticos (convertidos automaticamente nos “interesses da ordem” ou “da Nação como um todo”). A eclosão do regime de classes quebrou essa possibilidade, pulverizando os interesses das classes dominantes (não,

só entre categorias da *grande burguesia*, mas ainda convertendo os setores médios numa fonte de crescente pressão divergente). Ao mesmo tempo, ela ampliou o cenário dos conflitos potenciais, dando viabilidade à emergência de uma “oposição de baixo para cima”, difícil de controlar e fácil de converter-se em “oposição contra a ordem”. Ora, as elites brasileiras não estavam preparadas para as duas transformações concomitantes. Acomodaram-se de modo mais ou menos rápido à primeira diferenciação, que brotava no ápice da sociedade e podia ser tolerada como uma divergência *intra muros* e que, no fundo, nascia de uma pressão natural para ajustar a dominação burguesa a seus novos quadros reais. No entanto, viram os efeitos da segunda diferenciação como um desafio insuportável, como se ela contivesse uma demonstração de lesa-majestade: as reservas de opressão e de repressão de uma sociedade de classes em formação foram mobilizadas para solapá-la e para impedir que as massas populares conquistassem, de fato, um espaço político próprio, “dentro da ordem”. Essa reação não foi imediata; ela teve larga duração, indo do mandonismo, do paternalismo e do ritualismo eleitoral à manipulação dos movimentos políticos populares, pelos demagogos conservadores ou oportunistas e pelo condicionamento estatal do sindicalismo.

Só em um sentido aparente essas transformações indicam uma “crise do poder oligárquico”. Depois da Abolição, a oligarquia não dispunha de base material e política para manter o padrão de hegemonia elaborado no decorrer do Império. Para fortalecer-se, ela tinha de renovar-se, recompondo aquele padrão de dominação segundo as injunções da ordem social emergente e em expansão. Os conflitos que surgiram, a partir de certos setores radicais das “classes médias” (dos quais o tenentismo é uma forte expressão, embora a pressão civil — relacionada com o sufrágio, os procedimentos eleitorais e a renovação da política econômica — possuisse significado análogo), e a partir de setores insatisfeitos da grande burguesia (os industriais de São Paulo e do Rio são comumente lembrados, mas não se deveria esquecer a pressão que provinha das oligarquias “tradicionais” dos Estados em relativa ou franca estagnação econômica), se acabaram com a monopolização do poder pela “velha” oligarquia, também deram a esta (e a seus novos rebentos) a oportunidade de que precisavam para a restauração de sua influência econômica, social e política. Essa “crise” — como um processo normal de diferenciação e de reintegração do poder — tornou os interesses

especificamente oligárquicos menos visíveis e mais flexíveis, favorecendo um rápido deslocamento do poder decisivo da oligarquia “tradicional” para a “moderna” (algo que se iniciara no último quartel do século XIX, quando o envolvimento da aristocracia agrária pelo “mundo urbano dos negócios” se tornou mais intenso e apresentou seus principais frutos políticos).

No conjunto, é preciso dar maior relevo ao segundo elemento da evolução apontada. Porque é nele, nesse entrelaço de conflitos de interesses da mesma natureza ou convergentes e de sucessivas acomodações, que repousa o que se poderia chamar de *consolidação conservadora* da dominação burguesa no Brasil. Foi graças a ela que a oligarquia — como e enquanto oligarquia “tradicional” (ou agrária) e como oligarquia “moderna” (ou dos *altos negócios*, comerciais-financeiros mas também industriais) — logrou a possibilidade de plasmar a mentalidade burguesa e, mais ainda, de determinar o próprio padrão de dominação burguesa. Cedendo terreno ao radicalismo dos setores intermediários e à insatisfação dos círculos industriais, ela praticamente ditou a solução dos conflitos a longo prazo, pois não só resguardou seus interesses materiais “tradicionais” ou “modernos”, apesar de todas as mudanças, como transferiu para os demais parceiros o seu modo de ver e de praticar tanto as regras quanto o estilo do jogo. Depois de sua aparente destituição, pela revolução da Aliança Liberal, as duas oligarquias ressurgem vigorosamente sob o Estado Novo, o Governo Dutra e, especialmente, a “revolução institucional” (sem que se ofuscassem nos entreatos). Parafraseando os mexicanos, poderíamos dizer que se constituiu uma *nova aristocracia* e que foi a oligarquia (“antiga” ou “moderna”) — e não as classes médias ou os industriais — que decidiu, na realidade, o que deveria ser a dominação burguesa, senão idealmente, pelo menos na prática. Ela comboiou os demais setores das classes dominantes, selecionando a luta de classes e a repressão do proletariado como o eixo da Revolução Burguesa no Brasil.

Fora da Sociologia marxista prevalece o intento de explicar a Revolução Burguesa somente pelo passado (especialmente pela vitória sobre uma aristocracia decadente ou reacionária, variavelmente anticapitalista), ignorando-se ou esquecendo-se a outra face da moeda, com frequência mais decisiva: a imposição da dominação burguesa à classe operária. Ora, o que poderia significar essa “vitória” sobre forças em processo de extinção ou de incorporação ao próprio mundo burguês? Ao que parece, o im-

portante e decisivo não está no passado, remoto ou recente, mas nas forças em confronto histórico, em luta pelo controle do Estado e do alcance da mudança social. Aqui, não tínhamos uma burguesia distinta e em conflito de vida e morte com a aristocracia agrária. Doutro lado, o fundamento comercial do engenho, da fazenda ou da estância pré-capitalistas engolfou a aristocracia agrária no cerne mesmo da transformação capitalista, assim que o desenvolvimento do mercado e de novas relações de produção levaram a descolonização aos alicerces da economia e da sociedade. Foi graças a esse giro que velhas estruturas de poder se viram restauradas: o problema central tornou-se, desde logo, como preservar as condições extremamente favoráveis de acumulação originária, herdadas da Colônia e do período neocolonial, e como engendrar, ao lado delas, condições propriamente modernas de acumulação de capital (ligadas à expansão interna do capitalismo comercial e, em seguida, do capitalismo industrial). Aí se fundiram, como vimos anteriormente, o “velho” e o “novo”, a antiga aristocracia comercial com seus desdobramentos no “mundo de negócios” e as elites dos emigrantes com seus descendentes, prevalecendo, no conjunto, a lógica da dominação burguesa dos grupos oligárquicos dominantes. Essa lógica se voltava para o presente e para o futuro, tanto na economia quanto na política. À oligarquia a preservação e a renovação das estruturas de poder, herdadas no passado, só interessavam como instrumento econômico e político: para garantir o desenvolvimento capitalista interno e sua própria hegemonia econômica, social e política. Por isso, ela se converteu no pião da transição para o “Brasil moderno”. Só ela dispunha de poder em toda a extensão da sociedade brasileira: o desenvolvimento desigual não afetava o controle oligárquico do poder, apenas estimulava a sua universalização. Além disso, só ela podia oferecer aos novos comensais, vindos dos setores intermediários, dos grupos imigrantes ou de categorias econômicas, a maior segurança possível na passagem do mundo *pré-capitalista* para o *mundo capitalista*, prevenindo a “desordem da economia”, a “dissolução da propriedade” ou o “desgoverno da sociedade”. Também foi ela que definiu o *inimigo comum*: no passado, o escravo (e, em sentido mitigado, o liberto); no presente, o assalariado ou semi-assalariado do campo e da cidade. Com essa definição, ela protegia tanto as fontes da acumulação pré-capitalista, que continuaram a dinamizar o persistente esquema neocolonial de exportação-importação, que deu lastro ao crescimento interno do capitalismo competi-

vo, quanto o modelo de acumulação propriamente capitalista, nascido com a mercantilização do trabalho e as relações de produção capitalista, que possibilitaram a revolução urbano-comercial e a transição concomitante para o industrialismo, ainda sob a égide do capitalismo competitivo. Essa lógica econômica requeria uma política que era o avesso do que se entendia, ideologicamente, como a nossa “Revolução Burguesa” nos círculos hegemônicos das classes dominantes; e que só foi exatamente percebida de início, em sua essência, significado e funções, pelos politizados operários vindos da Europa. Anarquistas, socialistas e (mais tarde) comunistas, eles não se iludiram quanto ao tipo de dominação burguesa com que se defrontavam. Pintaram-na como ela realmente era, elaborando uma verdadeira contra-ideologia (e não, apenas, recompondo ideologias revolucionárias, transplantadas prontas e acabadas de fora, como se interpreta correntemente entre os sociólogos).

Como salientamos, os fundamentos axiológicos legais e formais da ordem social competitiva eram extraídos de uma ordem capitalista idealizada (existente, na realidade, na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos da época). Repetindo a aristocracia imperial, a burguesia republicana furta as roupagens do arsenal ideológico e utópico das Nações hegemônicas e centrais. Contudo, é preciso que fique bem claro que não havia nenhum risco em abrir, na aparência, um espaço político demasiado amplo para as possibilidades de atuação histórica da burguesia nativa (ou de seus inimigos, presumíveis ou de fato). Tal espaço político nascia congelado e morto. Ele não podia ser saturado através de qualquer grupo que fizesse “oposição dentro da ordem”, em nome dos interesses sagrados da burguesia; e tampouco poderia ser solicitado por grupos revolucionários (as rebeliões operárias, nas décadas de 10 e 20, foram silenciadas pelo poder de dissuasão da burguesia e pela repressão policial). Não obstante, o regime de classes também tem a sua lógica, à qual as burguesias não podem escapar. As diferenciações que mencionamos acima produziram protagonistas inesperados e eles, de uma forma ou de outra, insinuaram-se por aquele espaço político, que deveria permanecer virtual e imobilizável. (Em certo sentido, tratava-se de um espaço político anômico; existia, porque as instituições o engendravam; mas não era utilizável, porque essas mesmas instituições não prescreviam o seu uso histórico nem o tornavam acessível aos que estivessem fora das posições de dominação econômica, social e política; e, a estes, não interessava

lançar mão de tal reserva de poder, pois nenhuma razão econômica, social ou política aconselhava uma “revolução dentro da ordem”, a partir de cima, de cunho autodefensivo.) Portanto, esse poder só poderia ser invocado, nas condições existentes, ou “a partir de cima e de dentro” (na forma de conflitos de facção, no seio das classes dominantes, considerando-se os setores intermediários como parte delas, o que de fato eram, em termos de relações de parentesco ou de lealdade e pelo consenso social), ou pela via da “oposição consentida” (que só poderia envolver conflitos ou dissensões controláveis “a partir de cima” e de interesse direto ou indireto para as “forças da ordem”). Essas duas linhas mesclavam-se, em várias direções, e tornavam, ao mesmo tempo, débeis e corruptas (ou corruptíveis) as “forças de oposição democrática”, que assim eclodiam *dentro da ordem e sob seu controle*. Isso não só explica a feição tomada pelas rebeliões militares, na década de 20, pela revolução da Aliança Liberal ou pela Revolução Constitucionalista, em 30 e 32, e outros movimentos posteriores. Também explica a exacerbada insegurança demonstrada pela burguesia diante dos movimentos demagógico-populistas ou da pressão sindical (todos mais ou menos “controlados a partir de cima”), e sua extrema intolerância diante de manifestações potencial ou efetivamente autônomas do movimento operário. Ao que parece, onde a dominação burguesa não se revela capaz de mobilizar e aplicar semelhante reserva de poder, ela corre o risco de ser facilmente deslocada por grupos que invadem o referido espaço político: não importa se em nome de uma “revolução dentro da ordem” ou da “simples consolidação do regime”. Isso faz com que a intolerância tenha raiz e sentido políticos; e que a *democracia burguesa*, nessa situação, seja de fato uma “democracia restrita”, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa.

Essa caracterização exige que se aprofunde um pouco mais a discussão prévia de dois problemas básicos, que ficaram implícitos na exposição anterior. Primeiro, se a debilidade congênita de uma burguesia, que se vê compelida, historicamente, a congelar a expansão da ordem social competitiva, reduzindo ao mínimo o seu próprio impulso para manobras e barganhas estratégicas (nas relações internas e externas, de acomodação ou de conflito), não seria um fator específico de sua própria orientação ultraconservadora e reacionária. Esse ponto tem sido reiteradamente levantado na análise de situações análogas. Em nosso

entender, entretanto, ele não é de importância analítica fundamental. Os que pensam que uma burguesia “inviável” se torna, por isso mesmo, irracional e irresponsável cometem um sério erro de interpretação. As análises de Lênin, de uma situação comparável na Rússia (a revolução de 1905 e seus desdobramentos posteriores), sugerem que a “fraqueza” da burguesia precisa ser tomada como um dos elementos de um todo complexo e muito instável. Na verdade, não existe uma “burguesia débil”: mas outras classes (ou setores de classe) que tornam (ou podem tornar) a dominação burguesa mais ou menos vulnerável. No caso brasileiro, as ameaças à hegemonia burguesa nunca chegaram a ser decisivas e sempre foram exageradas pelos grupos oligárquicos, como um expediente de manipulação conservadora do “radicalismo” ou do “nacionalismo” das classes médias e dos setores industrialistas. Doutro lado, como indicamos ainda há pouco, as tendências autocráticas e reacionárias da burguesia faziam parte de seu próprio estilo de atuação histórica. O modo pelo qual se constituiu a dominação burguesa e a parte que nela tomaram as concepções da “velha” e da “nova” oligarquia converteram a burguesia em uma força social naturalmente ultraconservadora e reacionária. Portanto, o argumento em questão põe-nos diante de um mero fator de reforço (como vários outros, inclusive a própria debilidade das classes médias e do proletariado). Segundo, se ao reduzir seu campo de atuação histórica e ao fechar o espaço político que se abria exatamente à mudança social construtiva, a burguesia não tornava a Revolução Burguesa numa *revolução difícil* e, quiçás, inviável. Este problema é realmente importante, tanto do ponto de vista teórico quanto em termos políticos (ou seja, da evolução da dominação burguesa e suas conseqüências para as relações políticas das diferentes classes sociais). Pois, na verdade, ele suscita um debate ao qual não podemos voltar as costas: *o que deveria fazer*, no plano histórico, uma burguesia cuja tarefa não era a de liderar a transformação capitalista nos países centrais e hegemônicos, mas de torná-la possível e durável *em condições francamente adversas* (se se considera que a dependência, a drenagem de riquezas para o exterior e o subdesenvolvimento devem ser tomados como tais)? Sempre se poderia dizer que o campo de escolhas poderia ser mais amplo; e que essa burguesia não escolheu um caminho diferente por estreiteza de visão econômica e política. Os exemplos dos Estados Unidos e do Japão poderiam, aparentemente, dar

fundamento a tal raciocínio. Contudo, como conciliar a expansão interna do capitalismo competitivo com os marcos tão recentes do passado colonial e neocolonial, ainda vivos no processo de descolonização em curso ou, pior, nos processos de acumulação capitalista recém-adotados, na economia agrária?

Em uma linha objetiva de reflexão crítica, não há como fugir à constatação de que o capitalismo dependente é, por sua natureza e em geral, um *capitalismo difícil*, o qual deixa apenas poucas alternativas efetivas às burguesias que lhe servem, a um tempo, de parceiras e amas-secas. Desse ângulo, a redução do campo de atuação histórica da burguesia exprime uma realidade específica, a partir da qual a dominação burguesa aparece como conexão histórica não da “revolução nacional e democrática”, mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe. Ao fechar o espaço político aberto à mudança social construtiva, a burguesia garante-se o único caminho que permite conciliar a sua existência e florescimento com a continuidade e expansão do capitalismo dependente. Aqui, não se trata de acalantar fatalismos *ex post facto*. Mas de buscar uma clara projeção interpretativa dos fatos. Há burguesias e burguesias. O preconceito está em pretender-se que uma mesma explicação vale para as diversas situações criadas pela “expansão do capitalismo no mundo moderno”. Certas burguesias não podem ser instrumentais, ao mesmo tempo, para “a transformação capitalista” e a “revolução nacional e democrática”. O que quer dizer que a *Revolução Burguesa* pode transcender à transformação capitalista ou circunscrever-se a ela, tudo dependendo das outras condições que cerquem a domesticação do capitalismo pelos homens. A comparação, no caso, não deve ser a que procura a diferença entre organismos “magros” e “gordos” da mesma espécie. Porém a que busca o elemento irreduzível de evoluções que parecem diferentes apenas porque variáveis prescindíveis ou acidentais não são eliminadas. A dominação burguesa não nos parece tão chocante, sob o capitalismo dependente, só porque ela surge cruamente, sob o império exclusivo do *desenvolvimento capitalista*? Isso, segundo pensamos, repõe os fatos em seu lugar. Sob o capitalismo dependente a Revolução Burguesa é difícil — mas é igualmente necessária, para possibilitar o desenvolvimento capitalista e a consolidação da dominação burguesa. E é inteiramente ingênuo supor-se que ela seja inviável em si e por si mesma, sem que outras forças sociais destruam ou as bases de

poder, que a tornam possível, ou as estruturas de poder, que dela resultam (e que adquirem crescente estabilidade com a consolidação da dominação burguesa).

O problema central da investigação histórico-sociológica da Revolução Burguesa no Brasil consiste na *crise do poder burguês*, que se localiza na era atual e emerge como conseqüência da transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista. Parecia (especialmente à burguesia e aos que aceitavam o paradigma de uma evolução gradual e linear) que essa transição (predominantemente representada como uma passagem irreversível do capitalismo comercial para o capitalismo industrial) iria desenrolar-se segundo um modelo que se supunha universal: as forças acumuladas sob o capitalismo competitivo seriam suficientes tanto para a autonomização do desenvolvimento capitalista interno, quanto para conferir à *burguesia nacional* (através e com base no seu setor industrial) uma forte orientação democrático-nacionalista. Essa ilusão não só fazia parte da ideologia burguesa, tal como ela se constituirá na junção da oligarquia com os novos rebentos das altas finanças, do alto comércio e da indústria. Ela era perflhada pelo radicalismo pequeno-burguês, em suas várias ramificações (e em certo sentido, o seu principal propagador); e impregnava, de várias maneiras, as concepções táticas das diversas correntes do pensamento propriamente revolucionário na esquerda (dos anarco-sindicalistas e socialistas aos comunistas).

Todavia, os dinamismos da economia capitalista mundial impuseram, de fora para dentro, o seu próprio tempo histórico, com seus momentos de verdade e de decisão. O que determinou a transição não foi a “vontade revolucionária” da burguesia brasileira nem os reflexos do desenvolvimento do mercado interno sobre uma possível revolução urbano-industrial dinâmizável a partir de dentro. Mas o grau de avanço relativo e de potencialidades da economia capitalista no Brasil, que podia passar, de um momento para outro, por um amplo e profundo processo de absorção de práticas financeiras, de produção industrial e de consumo inerentes ao capitalismo monopolista. Esse grau de avanço relativo e de potencialidades abriu uma oportunidade decisiva, que a burguesia brasileira percebeu e aproveitou avidamente, modificando seus laços de associação com o imperialismo.

O quadro global é bem conhecido (pelo menos com referência aos aspectos gerais e de superfície). Uma nação, que parecia

preparar-se e encaminhar-se para a Revolução Burguesa em grande estilo — isto é, segundo o modelo francês de revolução nacional e democrática — atinge subitamente, pelo que se convencionou chamar de “revolução institucional” (um eufemismo típico da falsa consciência burguesa ultraconservadora), um novo patamar histórico. O capitalismo monopolista já estava incubado, é certo, e dispunha de uma irradiação interna que vem dos fins do século XIX e dos começos do século XX. No entanto, a mudança no eixo de decisões foi recente e súbita, respondendo aos efeitos econômicos, socioculturais e políticos da mencionada transição. Pois, apesar da penetração das grandes corporações estrangeiras (especialmente intensa durante e após a década de 50), o ideal de desenvolvimento capitalista e de industrialização, predominantemente nos círculos burgueses e pequeno-burgueses, era o fornecido pelo citado modelo francês, que parecia extremamente apropriado às perspectivas do mercado interno e da produção industrial sob o “nosso” capitalismo competitivo.

Pelo que se sabe, esse ideal foi deslocado por uma transformação política, a que se vincula a própria crise do poder burguês. Depois da década de 30, a burguesia viu-se sob tripla pressão, que tendia a crescer em volume e a eclipsar a dominação burguesa (pelo menos sob a forma compósita, que se estabelecera graças à Revolução de 30 e ao Estado Novo). De um lado, uma pressão de fora para dentro, nascida das estruturas e dinâmismos do capitalismo monopolista mundial. Fortificando-se num crescendo avassalador, essa pressão ameaçou vários interesses econômicos internos e pôs em causa a própria base material de poder de certos setores da burguesia brasileira. Essa pressão continha um elemento político explícito: condições precisas de “desenvolvimento com segurança”, que conferissem garantias econômicas, sociais e políticas ao capital estrangeiro, às suas empresas e ao seu crescimento. Mas tal pressão, em sua dupla polarização, não só era compatível com a idéia da “continuidade do sistema”. Ela parecia engendrar, pelo menos nos chamados “círculos conservadores influentes”, novas esperanças de aceleração da história. De outro lado, dois tipos distintos de pressão interna. Uma, procedente do proletariado e das massas populares, que expunha a burguesia à iminência de aceitar um novo *pacto social*. Tal ameaça não era propriamente incompatível com a “continuidade do sistema”, pois era contida nos limites da “revolução dentro da ordem”, que a dominação burguesa devia (e também prometera) ao Brasil republicano. Não obstante, ela colocou aqueles “círculos

conservadores influentes” em pânico. Outra, procedente das proporções assumidas pela intervenção direta do Estado na esfera econômica. Essa intervenção nasceu e cresceu da própria “continuidade do sistema”, nas condições de um capitalismo dependente e subdesenvolvido. Todavia, ela atingiu tal peso relativo, que atemorizou a iniciativa privada interna e externa. O caráter “supletivo” das empresas estatais parecia cada vez mais diluído, enquanto os riscos potenciais de um deslocamento econômico e mesmo político da iniciativa privada configurava-se como algo inquietador para os “círculos conservadores influentes”. A experiência ensinava-lhes que o controle direto do Estado surgia como a única real garantia de autoproteção para o predatório privatismo existente. Para reagir a essas três pressões, que afetavam de maneiras muito diversas as bases materiais e a eficácia política do poder burguês, os setores dominantes das classes alta e média se aglutinaram em torno de uma contra-revolução autodefensiva, através da qual a forma e as funções da dominação burguesa se alteraram substancialmente. O processo culminou na conquista de uma nova posição de força e de barganha, que garantiu, de um golpe, a continuidade do *status quo ante* e condições materiais ou políticas para encetar a penosa fase de modernização tecnológica, de aceleração do crescimento econômico e de aprofundamento da acumulação capitalista que se inaugurava. A burguesia ganhava, assim, as condições mais vantajosas possíveis (em vista da situação interna): 1) para estabelecer uma associação mais íntima com o capitalismo financeiro internacional; 2) para reprimir, pela violência ou pela intimidação, qualquer ameaça operária ou popular de subversão da ordem (mesmo como uma “revolução democrático-burguesa”); 3) para transformar o Estado em instrumento exclusivo do poder burguês, tanto no plano econômico quanto nos planos social e político.

Visando, predominantemente e de imediato, proteger-se contra os riscos diretos e indiretos de um *pacto social* suicida, a burguesia brasileira conquistou uma posição de poder que lhe facultava ir além. Pois, ao mudar seu relacionamento com o poder político estatal e o funcionamento do Estado, também mudou sua capacidade de relacionamento com o capital financeiro internacional e com a intervenção do Estado na vida econômica, ganhando maior controle da situação interna e maior flexibilidade na fixação de uma política econômica destinada a acelerar o desenvolvimento capitalista. Pela primeira vez na história do País, a dominação burguesa mostrou-se plenamente como ela é, evi-

denciando as forças sociais que a compõem e como ela própria funciona; e pela primeira vez também, ela se manifestou de modo coletivo (não através de um setor hegemônico, de uma conglomeração passageira ou de um grupo reinante), logrando como tal a transformação política pela qual lutara desorientadamente desde a década de 20. Qual o alcance e o grau de estabilidade dessa transformação política? Contará a burguesia com condições econômicas, sociais e políticas para aproveitá-la em uma recomposição mais vasta, repetindo a proeza da aristocracia agrária durante o Império? Teremos, de novo, uma sólida democracia restrita, fortalecida por trás de uma ordem civil aberta apenas para os privilegiados, mas apta a falar em nome da Nação e de tratar os assuntos coletivos como matéria privada (ou vice-versa)? Os tempos mudaram, tanto interna quanto externamente. Além disso, enquanto a dominação senhorial era relativamente monolítica, a dominação burguesa surge como uma composição de poder heterogênea (com uma base nacional e outra internacional); e enquanto a dominação senhorial não se defrontava com uma pressão sistemática das massas populares, a dominação burguesa identificou esta pressão como o seu inimigo principal.

Ainda é cedo para uma avaliação de caráter global e prospectivo. Contudo, parece claro que os elementos que compõem a dominação burguesa (especialmente as forças que representam a grande burguesia industrial e financeira, bem como a burguesia internacional, diretamente envolvida nesse jogo econômico e político) compreenderam com clareza a oportunidade histórica com que depararam e, depois de uma curta hesitação pendular, trataram de aproveitá-la a fundo. Não puderam vencer todas as fraquezas de uma dominação heterogênea e compósita; e, inclusive, tiveram de acomodar-se a interesses burgueses de setores arcaicos, os quais interferem nos ritmos e nas conseqüências da modernização controlada de fora, diminuindo assim tanto a eficácia quanto os efeitos de demonstração da nova ordem. No entanto, foram favorecidas pelo estilo da transformação política: apesar das aparências, não se constituiu um grupo reinante homogêneo, mas uma composição civil-militar, com preponderância militar e um nítido objetivo primordial — o de consolidar a dominação burguesa (em nome da defesa do *sistema da iniciativa privada* e do monopólio do poder pelos “setores esclarecidos” das classes dominantes). O garante das Forças Armadas e a liderança dos oficiais-militares se definiram, portanto, mais em termos de autoridade que de poder e, especialmente, de monopolização

do poder político², o que realmente permitiu a revitalização e a subsequente unificação do poder burguês.

Esse fato põe-nos diante de uma realidade nova. A crise do poder burguês não se resolveu mediante a evolução interna do capitalismo competitivo. Do mesmo modo, o vigor adquirido pela aceleração do crescimento econômico e, em particular, pela expansão do capitalismo monopolista não se produziu, especificamente, como puro efeito do desenvolvimento capitalista espontâneo. No momento do impasse, a chave das decisões saiu da esfera do político. A reorganização do Estado, a concentração e a militarização do poder político estatal, bem como a reorientação da política econômica sob a égide do Estado foram a mola mestra de todo o processo de “recuperação” e de volta à “normalidade”. Todavia, nada disso foi posto a serviço de uma transição independente e não ocorreu nenhuma ruptura nas relações de dependência: ao contrário, atrás da crise política (a partir de dentro) havia uma crise econômica (de fora para dentro) e esta se resolveu através da reorganização do padrão de dominação externa (que é o que significou a passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista: uma nova forma de submissão ao imperialismo). Coerente com sua lógica econômica e política, o poder burguês fez da *iniciativa privada* e de seu SISTEMA um verdadeiro bastião, que protege e une os interesses privados internos e externos (agora associados ao poder público também ao nível econômico). Em nome do “desenvolvimento econômico acelerado”, ampliou-se e aprofundou-se, portanto, a incorporação da economia nacional e das estruturas nacionais de poder à economia capitalista mundial e às estruturas capitalistas

² A distinção precisa entre *autoridade* e *poder* é bem conhecida. Por vezes, uma ditadura é estabelecida para garantir as bases de poder de uma classe que se sente ameaçada pela mudança social: e o ditador (individual ou coletivo) não usa sua autoridade para aumentar seu poder ou para monopolizar o poder. Emprega-a para assegurar a continuidade do monopólio do poder pela classe a que pertence (ou com a qual se identifica). Também pode ocorrer que se aproveite da situação para eliminar das posições de poder pessoas e grupos de sua classe que pareçam representar um risco para o prestígio, a eficácia ou a estabilidade da própria ditadura (veja-se especialmente: F. Neumann, *Estado Democrático e Estado Autoritário*, cap. 9). Sobre a opinião do Autor sobre as ditaduras militares que se propuseram a restauração do poder burguês em crise, na América Latina, veja-se: F. Fernandes, “The Meaning of Military Dictatorship in Present Day Latin America” (*The Latin American in Residence Lectures*, cap. II) e *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (Rio de Janeiro, pp. 102-115).

internacionais de poder. Um capítulo na história econômica do Brasil se encerrou; e, com ele, foi arquivado o ideal de uma revolução nacional democrático-burguesa. Outro capítulo se abriu, pelo qual o passado se repete no presente: mais uma vez, o privilegiamento do agente econômico, social e político principal serve de base a toda uma nova evolução. Só que, agora, aceita a idéia e a prática da *revolução de cima para baixo* (que é como se “legítima” a *revolução institucional*), o sentido da dominação burguesa se desmascara, deixando a nu sua natureza incoercivelmente autocrática, “contra quem” ela se faz e sua incapacidade de realizar os alvos históricos com que se identificara durante todo o período republicano.

Esse é, em resumo, o ponto culminante e o fato central da evolução do “Brasil moderno”, cenário e produto da transformação capitalista. Ao concretizar-se, a Revolução Burguesa transcende seu modelo histórico — não só porque está superado. Mas, ainda, porque os países capitalistas retardatários possuem certas peculiaridades e se defrontam com um novo tipo de capitalismo no plano mundial. A burguesia nunca é sempre a mesma, através da história. No caso brasileiro, a burguesia se moldou sob o tipo de capitalismo competitivo, que nasceu da confluência da economia de exportação (de origens coloniais e neocoloniais) com a expansão do mercado interno e da produção industrial para esse mercado (realidades posteriores à emancipação política e condicionantes de nossa devastadora “revolução urbano-comercial”). No entanto, a burguesia atinge sua maturidade e, ao mesmo tempo, sua plenitude de poder, sob a irrupção do capitalismo monopolista, mantidas e agravadas as demais condições, que tornaram a sociedade brasileira potencialmente explosiva, com o recrudescimento inevitável da dominação externa, da desigualdade social e do subdesenvolvimento. Em consequência, o caráter autocrático e opressivo da dominação burguesa apurou-se e intensificou-se (processo que, sem dúvida, continuará, mesmo que encontre formas eficientes de dissimulação, como sucedeu com a dominação senhorial no Império). Não só porque ainda não existe outra força social, politicamente organizada, capaz de limitá-la ou detê-la. Mas, também, porque ela não tem como conciliar o modelo neo-imperialista de desenvolvimento capitalista, que se impôs de fora para dentro, com os velhos ideais de Revolução Burguesa nacional-democrática.

A exposição seguinte não pretende dar conta de toda essa complexa evolução, que vai da emergência da burguesia à trans-

formação política apontada. De início, tínhamos em mente esse objetivo. Depois, julgamos ser melhor concentrar a atenção sobre os aspectos que tornam a Revolução Burguesa no Brasil tão peculiar — embora ela não seja a primeira que se concretiza por via autocrática nem tampouco a última⁸. Ao que parece, o desenvolvimento capitalista aponta essa via como a normal, nos dias que correm, o que significa que o presente do Brasil contém o futuro de outros países, que pertençam à periferia do capitalismo mundial e não possam encaminhar-se diretamente para o socialismo.

⁸ Veja-se, especialmente: R. Bendix, *Nation Building and Citizenship*, cap. 6; e B. Moore, Jr., *Social Origins of Dictatorship and Democracy* (esp. partes II e III).

CAPÍTULO 6

Natureza e Etapas do Desenvolvimento Capitalista

NÃO É INTRÍNSECO ao capitalismo um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável. Podem distinguir-se vários padrões de desenvolvimento capitalista, os quais correspondem aos vários tipos de capitalismo que se sucederam ou ocorreram simultaneamente na evolução histórica. Além disso, se se toma um mesmo padrão de desenvolvimento capitalista, pode-se verificar que ele é suscetível de utilizações variáveis, de acordo com os interesses estamentais ou de classes envolvidos pelo desenvolvimento capitalista em diversas situações histórico-sociais e as probabilidades que eles encontram de varar o plano das determinações estruturais e de se converterem em fatores da história.

No caso brasileiro, o desenvolvimento capitalista significou coisas distintas, em cada uma das três fases que marcam a evolução interna do capitalismo. Em nenhuma delas tivemos uma réplica ao desenvolvimento capitalista característico das Nações tidas como *centrais* e *hegemônicas* (quanto à irradiação e à difusão do capitalismo no mundo moderno). Ao contrário, nas três situações sucessivas, o desenvolvimento capitalista apresenta os traços típicos que ele teria de assumir nas Nações tidas como *periféricas* e *heteronômicas*, fossem ou não de origem colonial. A *indirect rule* não se configura como uma realidade histórica passageira: ela surge como uma condição estrutural permanente, que iria assumir feições históricas mutáveis de acordo com a evolução do capitalismo nas Nações que exerceram algum tipo de dominação imperialista sobre a América Latina. Por isso, considerado em termos das motivações e dos alvos coletivos dos estamentos domi-

nantes (sob o regime de trabalho escravo), ou das classes dominantes (sob o regime de trabalho livre), em nenhuma das três fases o desenvolvimento capitalista chegou a impor: 1.º) a ruptura com a associação dependente, em relação ao exterior (ou aos centros hegemônicos da dominação imperialista); 2.º) a desagregação completa do *antigo regime* e de suas seqüelas ou, falando-se alternativamente, das formas pré-capitalistas de produção, troca e circulação; 3.º) a superação de estados relativos de subdesenvolvimento, inerentes à satelização imperialista da economia interna e à extrema concentração social e regional resultante da riqueza.

Isso quer dizer que o desenvolvimento capitalista sempre foi percebido e dinamizado socialmente, pelos estamentos ou pelas classes dominantes, segundo comportamentos coletivos tão egoísticos e particularistas, que ele se tornou compatível com (quando não exigiu) a continuidade da dominação imperialista externa; a permanente exclusão (total ou parcial) do grosso da população não-possuidora do mercado e do sistema de produção especificamente capitalistas; e dinamismos sócio-econômicos débeis e oscilantes, aparentemente insuficientes para alimentar a universalização efetiva (e não apenas legal) do trabalho livre, a integração nacional do mercado interno e do sistema de produção em bases genuinamente capitalistas, e a industrialização autônoma. Desse ângulo, dependência e subdesenvolvimento não foram somente “impostos de fora para dentro”. Ambos fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana.

Apesar das diferenças existentes entre as três situações, essas omissões comuns (que se repetem quase que linearmente) trazem consigo certas conseqüências inexoráveis. O desenvolvimento capitalista é percebido e posto em prática, socialmente, primeiro em termos de dominação estamental, em seguida em termos de dominação de classes, como se ele fosse uma simples *técnica econômica* — e não uma política de alcance nacional, que afeta a totalidade do processo histórico. A *transformação capitalista* procurada, em cada uma das três situações, definia-se a partir dos interesses egoísticos particulares dos estamentos ou das classes dominantes, como se eles constituíssem o universo real a ser atin-

gido, privilegiado e alterado, e não a partir da Nação, em suas partes e como um todo. Esta entrava em linha de conta nos cálculos racionais, de natureza econômica ou política, mas na qualidade de "meio", de "recurso estratégico" e de "base material" do poder de decisão. Portanto, a Nação não chega a ser definida como objetivo central do desenvolvimento capitalista, invariavelmente centrado, através das mudanças mais ou menos profundas ocorridas em cada fase, sobre alvos coletivos particularistas, os quais preenchiam a função de fundir os desígnios dos estamentos ou das classes dominantes com os fins econômicos e extra-econômicos da dominação imperialista externa.

EMERGÊNCIA E EXPANSÃO DO MERCADO CAPITALISTA MODERNO

Consideradas de uma perspectiva global, as três fases do desenvolvimento capitalista mencionadas na história moderna da sociedade brasileira podem ser descritas da seguinte maneira: a) fase de eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno; b) fase de formação e expansão do capitalismo competitivo; c) fase de irrupção do capitalismo monopolista¹. A fase de eclosão do mercado capitalista moderno é, na verdade, uma fase de transição neocolonial². Sua delimitação pode ir, *grosso modo*, da abertura dos portos até aos meados ou à sexta década do século XIX (tomando-se, como ponto de referência, as evidências históricas da crise estrutural irreversível do sistema de produção escravista). A fase de formação e expansão do capitalismo competitivo se caracteriza pela consolidação e disseminação desse mercado e por seu funcionamento como fator de diferenciação do sistema econômico. Ela compreende, pois, tanto o período de consolidação da economia urbano-comercial quanto a

¹ Para uma descrição sintética dessas três fases e da fase colonial, em seu mútuo encadeamento histórico (embora em termos da dominação externa), veja-se F. Fernandes (*Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina, op. cit.*, cap. 1).

² Esse tema já foi debatido acima, na primeira parte do livro, mas para esclarecer os processos histórico-sociais e econômicos que ocorreram em conexão com a emancipação nacional e a concomitante modernização institucional. Aqui, ele é retomado com outro intuito: a caracterização e o confronto dos três padrões de desenvolvimento capitalista (com as variantes que resultaram de sua evolução interna), que se vinculam à implantação e às sucessivas transformações do capitalismo na sociedade brasileira, do início do século XIX aos nossos dias.

primeira transição industrial verdadeiramente importante; e vai, *grosso modo*, da sexta década ou do último quartel do século XIX até à década de 50, no século XX. A fase de irrupção do capitalismo monopolista se caracteriza pela reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais da "grande corporação" (predominantemente estrangeira, mas também estatal ou mista). Embora as tendências para esta evolução sejam anteriores, ela só se acentua no fim da década de 50 e só adquire caráter estrutural posteriormente à "Revolução de 1964".

É preciso não avaliar o mercado capitalista moderno em termos exclusivos de suas dimensões. Para se compreender a sua importância, seja inicialmente, seja como base da evolução ulterior para o capitalismo competitivo, é necessário levar-se em conta três enlances distintos, que definem, em conjunto, o que ele representava para a dinamização da vida econômica. Primeiro, o enlace da economia interna com o mercado mundial e com o mercado externo hegemônico (no caso, o da Inglaterra). Através desse enlace, ao contrário do mercado colonial, o novo tipo de mercado preenchia a função de injetar na economia brasileira dinamismos externos bastante fortes, que o convertiam em um pólo de crescimento econômico acelerado. Deste ângulo, a principal função do referido mercado consistia em absorver e reorientar o impacto modernizador (ao nível institucional) do mercado externo, que operava, essencialmente, como um mercado que exportava *desenvolvimento econômico capitalista* (e não somente firmas, controles econômicos e produtos acabados, como estratégia para a conquista de uma posição hegemônica no comércio internacional do País e de apropriação indireta da maior parcela possível do excedente econômico gerado). A passagem da satelização colonial para a satelização pelos mecanismos do mercado requeria que isso acontecesse, pois se impunha que a economia interna se articulasse, institucionalmente, tanto ao mercado mundial quanto ao mercado hegemônico externo, o que pressupunha a absorção de estruturas econômicas aptas a produzir o desenvolvimento de tipo capitalista, inerente a esses dois mercados. Segundo, o enlace do mercado capitalista moderno à cidade e à sua população, que serviam de suporte imediato ao seu funcionamento e crescimento, e a uma hinterlândia mais ou menos descontínua, longínqua e ainda indiferenciada, constituída pelos estratos possuidores *ricos* e pelo vasto pequeno ou médio comércio, disseminado por regiões limítrofes ou tributárias, e que operava

como elo de reforço. Através dessas irradiações, o mercado capitalista moderno adquiria "vida própria": potencialidades de crescer pela via do comércio interno, segundo os requisitos do "estilo urbano de vida" em expansão e dos padrões de gosto ou de consumo da população do país (em crescente cosmopolitização, em seus setores "altos" e "intermediários"; e em incorporação incipiente ao mercado, nos setores "baixos"). Terceiro, o enlace do mercado capitalista moderno com o sistema de produção escravista (tanto da grande lavoura quanto da lavoura de subsistência, de produção de gêneros, de animais de carga e de transporte etc.). Muitos pensam que esse enlace já existia, do mesmo modo, com referência ao mercado colonial. As semelhanças são, porém, morfológicas; não funcionais e estruturais. Sob o sistema colonial, processava-se uma drenagem extrema e rígida do excedente econômico, que deixava o mercado correspondente sem qualquer função econômica regulativa no fluxo da expropriação colonial (esta se fixava de fora para dentro, através de mecanismos administrativos, políticos e legais, que dispensavam a intervenção reguladora do mercado ou a utilizavam como mero elemento mediador). Através do novo mercado, as parcelas do excedente econômico, retidas dentro do País, iriam encontrar formas de aplicação reprodutiva fora do circuito da produção escravista. Portanto, foi esse mercado que estimulou, condicionou e, com o tempo, intensificou a passagem do entesouramento tradicionalista e da acumulação estamental para transações especulativas mais abstratas e complexas, fundadas em expectativas de que elas eram seguras, "honoráveis" e podiam incrementar o volume do dinheiro, do crédito e, por vezes, da riqueza materializada em ouro, em propriedade ou em valores. Doutro lado, o mercado capitalista moderno também cresce em sentido horizontal, impondo-se gradualmente como fulcro do comércio interno, inclusive dos gêneros e outros bens, produzidos pela disseminada economia artesanal. Por meio dessa evolução, a cidade passa a monopolizar, de forma crescentemente mais intensa, as funções de centro estratégico de reaplicação do excedente econômico e de foco de integração do mercado interno. O que quer dizer que o padrão de desenvolvimento neocolonial é profundamente diverso do padrão colonial de desenvolvimento. Pois, por seu intermédio, a cidade sai do marasmo econômico e passa, com vigor crescente, a satelitizar tanto o fluxo e o crescimento do comércio interno quanto a produção escravista em geral.

Esse bosquejo indica claramente qual é a alteração decorrente do salto econômico que se deu, na transição neocolonial, graças à incorporação da economia do País ao mercado mundial. Os arranjos estruturais resultantes criaram uma economia articulada (pois o mercado capitalista moderno se superpunha à produção escravista, destinada à exportação, ao consumo ou ao comércio interno), mas dotada de dinamismos próprios de desenvolvimento (determinados e orientados pelo mercado capitalista moderno) e de potencialidades de crescimento a longo prazo (dependentes da produção escravista; no entanto, relativamente fortes sempre que a procura externa pudesse garantir a expansão deste setor). Inicia-se, com fundamento nessa articulação da economia urbano-comercial com a economia agrária, uma autêntica revolução urbana, que iria germinar de modo lento e descontínuo. Todavia, essa revolução urbana, pela própria natureza e funcionamento do mercado capitalista que se montara nas cidades-chaves, aparece dissociada de qualquer transformação semelhante e concomitante do sistema de produção escravista. Engenhos, fazendas e sítios (deixando-se de lado esferas da economia) teriam de permanecer na era do trabalho escravo, como se constituíram sob o sistema colonial, para que toda a complexa transição neocolonial se tornasse possível e a revolução urbana pudesse iniciar-se, forjando o patamar necessário para a economia funcionar com êxito e para a transformação capitalista subsequente. Por outro lado, durante um longo período de tempo (se se entender como tal cinco ou seis décadas), o padrão de desenvolvimento caracterizado não foi capaz de gerar senão um leve impulso nas relações de intercâmbio com o mercado mundial e uma gradual aceleração do crescimento urbano-comercial. Ele não era suficientemente forte, em especial, para converter a brusca orientação para dentro das atividades econômicas numa fonte de política econômica revolucionária (o que ocorreu, em circunstâncias diversas, mas em situação análoga, nos Estados Unidos). O setor agrário não dispunha de base material para arriscar-se a romper com o regime de trabalho escravo, com a propriedade servil e com o sistema de produção escravista; e os novos grupos econômicos, por sua vez, concentraram-se no aproveitamento das oportunidades abertas pela eclosão e disseminação do mercado capitalista moderno, como se ali estivesse o padrão de desenvolvimento capitalista ideal.

EMERGÊNCIA E EXPANSÃO DO
CAPITALISMO COMPETITIVO

A formação de uma economia capitalista competitiva, nas condições demográficas, econômicas, sociais e políticas imperantes em uma sociedade escravista, dependia não só da consolidação, mas também do grau de difusão alcançado pelo mercado capitalista moderno. Este precisava expandir-se em termos de tamanho, de diferenciação e de intensidade financeira, para tornar-se uma fonte de estímulos à constituição de um sistema de produção diretamente vinculado às necessidades sócio-econômicas do setor urbano e às funções de saturação econômica que este devia preencher em relação às unidades escravistas, de trabalho livre ou semilivre e mistas da economia agrária. Muitos escreveram que a articulação do setor novo, urbano-comercial, a um sistema de produção escravista bloqueava tanto a expansão do mercado capitalista moderno quanto os ritmos do próprio desenvolvimento capitalista. Isso seria verdadeiro se o que entrasse em jogo fosse a passagem direta da economia escravista-capitalista neocolonial para uma economia urbano-industrial avançada. A transição que se configurava, contudo, era muito menos complexa; a aristocracia agrária, bem como os grupos ligados à dinamização do esquema de exportação-importação empenhavam-se, de fato, na consolidação do mercado capitalista moderno e em sua difusão interna (ou, em outras palavras, na eficácia que ele poderia e deveria ter para a consolidação e ulterior expansão de um complexo comercial especificamente capitalista. Parece claro que motivos desta natureza, e não outros, concorriam para que recebessem com frieza ou hostilidade iniciativas mais arrojadas, como as de Mauá). Em tal contexto e em vista dos fins econômicos visados, a articulação simplificou as coisas, na medida em que a existência de uma grande massa de excluídos (por causa da escravidão, da inatividade forçada e da pobreza geral) permitiu converter a urbanização em um processo ultra-seletivo e concorreu para estabelecer uma ligação indireta entre a escravidão e o desenvolvimento do capitalismo comercial dentro do País. A articulação da economia urbano-comercial com um sistema de produção escravista deixou, assim, de ser uma desvantagem para a evolução do sistema econômico global. Mormente depois que o café passa a garantir incrementos persistentes (embora oscilantes) do excedente econômico, a articulação se mostra uma fonte de ganhos reais para o *setor novo*, que se pode expandir em bases

capitalistas graças principalmente à persistência do escravismo e à liberdade que o senhor desfrutava de transformar a expropriação do escravo em base material do crescimento urbano-comercial. Na prática, portanto, a articulação funcionava como equivalente histórico da revolução agrária, quando se compara a evolução do capitalismo no Brasil com a da Europa. De um lado, ela correspondia precisamente às funções da acumulação originária em contextos de maior aceleração do desenvolvimento capitalista (isso, graças à significação que a emancipação nacional e a expansão do mercado capitalista moderno deram ao excedente econômico gerado pela produção escravista). De outro, era da natureza de uma economia articulada que só os setores de rendas altas, em geral, e os grupos de baixa renda mas vinculados à organização ou à influência direta do setor urbano-comercial pudessem participar ativamente e beneficiar-se dos dinamismos propriamente capitalistas do mercado interno. A cidade convertia-se em pólo dinâmico do crescimento capitalista interno sem necessitar estender ao campo qualquer desdobramento da revolução urbana. Enquanto os problemas reais da política econômica das camadas dominantes girassem em torno da consolidação e da disseminação do mercado capitalista moderno, revolução urbana significava, pura e simplesmente, lançar o peso do desenvolvimento capitalista sobre o trabalho escravo e o regime de produção escravista.

O lastro interno para o "crescimento natural" do mercado capitalista moderno procedia do incremento constante das populações urbanas, especialmente nas cidades-chaves para a reorganização geográfica, econômica, sociocultural e política, que a transformação apontada requeria. Os movimentos demográficos em direção às cidades-chaves levava em seu bojo todo o tipo de gente. Contudo, havia uma forte proporção de grupos de rendas altas e médias (neste caso, rebentos de famílias tradicionais empobrecidas que procuravam entrar, de uma forma ou de outra, nas torrentes de prosperidade que se prenunciavam), de origem nativa ou estrangeira (entre estes, prevaleciam naturalmente as pessoas que iriam operar as várias posições do complexo comercial-financeiro, em constituição e expansão). Os grupos de baixa renda, que se incorporavam ao processo (e que vinham predominantemente do exterior), buscavam as oportunidades que as cidades-chaves abriam ao trabalho livre, dentro de um mundo escravista — especialmente no comércio, em ocupações artesanais e em vários tipos de serviços (inclusive públicos), todos em crescimen-

to moderado, mas oferecendo perspectivas de mobilidade econômica e de ascensão social. Ao lado desses contingentes humanos, estavam os escravos, os forros e os vários tipos de libertos, que também sofriam forte atração por esse processo de urbanização de longa duração. De imediato, a pressão maior era sobre os "serviços domésticos". Todavia, várias formas de trabalho artesanal ou de serviços por aluguel (inclusive prostituição) forçavam o aparecimento de novas modalidades de utilização do trabalho escravo, a pagamento (o que acarretava uma diferenciação nas relações senhor-escravo) ou como parte da rotina conspícua do trabalho livre numa sociedade escravista (o senhor transferia para seu escravo as tarefas "braçais", "degradantes" e "árduas", como transportar as ferramentas, encarregar-se de fases preparatórias ou brutas de seus serviços etc.). O liberto, por sua vez, encontrava na cidade-chave, nas esferas das ocupações artesanais e dos serviços, muitas oportunidades de transição para o trabalho livre e de reclassificação social. Com frequência, só ele podia se ocupar de certos trabalhos, que eram rejeitados pelo artesão branco ou pelo branco pobre e que não podiam ser transferidos, normalmente, para o trabalhador escravo mais qualificado (senão com o risco permanente da fuga). Para se entender esse universo, é preciso não esquecer que o comércio ambulante, ainda no início do século XX, acarretava perda de prestígio para os que o exerciam (especialmente os portugueses ou os italianos, no Rio de Janeiro ou em São Paulo). Por isso, o escravo de aluguel e principalmente o liberto, desde o início desse processo de urbanização (e mais fortemente a partir dos meados do século XIX), surgiam como categorias econômicas de relativa importância na reorganização do sistema de trabalho urbano. A meio caminho na transição para o trabalho livre, com escassez de candidatos para muitos tipos de ocupações, eles apareciam como a mão-de-obra "bruta" possível (e mesmo, como a mão-de-obra "bruta" ideal). Só tardiamente, quando a urbanização se torna muito rápida, precipitando-se, e muito avassaladora, exigindo números que não poderiam ser fornecidos pela população escrava ou liberta, é que a pressão se deslocaria para o imigrante ou para o branco pobre de origem nativa.

Todavia, o lastro interno não era suficiente para amparar todo o complexo processo de consolidação, irradiação e disseminação do mercado capitalista moderno. Tanto no plano demográfico e econômico quanto no plano social e cultural (e aqui em termos simultâneos de tecnologia e de instituições fundamentais),

uma sociedade escravista, recém-egressa do regime colonial, sem contar previamente com um setor capitalista bastante desenvolvido (como sucedeu nos Estados Unidos, na época da emancipação nacional), dificilmente poderia dispor dos recursos materiais, humanos e culturais necessários para fazer face ao referido processo (mesmo dentro das escalas possíveis no Brasil dos meados do século XIX). No entanto, as pressões dinâmicas do mercado mundial, embora fossem de outra natureza, coincidiam com as pressões dinâmicas do crescimento econômico interno: o mercado capitalista tinha de fazer face às operações comerciais e financeiras que se impunham, seja de fora para dentro (aos poucos, o padrão de desenvolvimento capitalista das sociedades hegemônicas se abatia pelo menos sobre o setor novo, urbano-comercial, exigindo certa organização do espaço sócio-econômico para tornar viável o aumento do intercâmbio comercial-financeiro e institucional); seja a partir de dentro (o crescimento econômico interno, nas condições oferecidas por uma economia "nacional" de articulação de um setor arcaico pré-capitalista e um setor novo capitalista, atingira o seu ponto de maturação, o que fazia com que os efeitos da consolidação, da irradiação e da disseminação do mercado capitalista moderno se voltassem sobre si mesmos, exigindo que transformações quantitativas se convertessem em transformações qualitativas, com maior diferenciação setorial ou regional e com maior integração em escala nacional daquele mercado). Em suma, passara a *fase pioneira*. O mercado capitalista moderno ou sofreria uma nova transição, para responder às exigências econômicas externas e internas, adaptando-se completamente, assim, aos requisitos do padrão de desenvolvimento inerente ao capitalismo comercial, ou enfrentava um colapso. Muitas economias da América Latina ruíram nesse período, pois se revelaram impotentes para fazer face a esse desafio, superando as limitações da transição neocolonial. No caso brasileiro, porém, embora a articulação persistisse (ela iria perdurar mesmo à extinção do trabalho escravo e à universalização legal do trabalho livre), o sistema econômico reagiu flexivelmente, absorvendo o impacto procedente tanto dos dinamismos do mercado mundial e das economias capitalistas hegemônicas, quanto da descompressão do setor urbano-comercial e seu desdobramento por toda a economia, sem respeitar as fronteiras que tornavam o setor agrário um mundo intocável.

Essa flexibilidade não se deve apenas ao nível de produtividade alcançado pela grande lavoura graças ao café, à eficácia

do esquema comercial de importação e exportação e aos efeitos de ambos sobre a expansão relativa do setor urbano-comercial. Ela também se deve a circunstâncias que tornaram o Brasil muito atraente para os países que disputavam a "partilha do mundo" já sob a pressão do padrão de desenvolvimento do capitalismo industrial. Nações como a Inglaterra, França e Alemanha, às quais começa a se juntar os Estados Unidos, voltavam seus olhos para as reservas de recursos e as potencialidades visíveis de um país continental como o Brasil. Além disso, a imigração em massa iria criar outros laços de solidariedade entre o país e a Europa, suscitando um movimento de recursos humanos, técnicos e monetários de certa magnitude. Tudo isso, somado aos efeitos da competição entre nações capitalistas industrializadas ou em industrialização e a uma combinação racional no balanço de interesses imediatos e futuros, fez com que as nações em causa se dispusessem a intervir de modo mais ativo na reorganização institucional do espaço econômico interno. Elas já não estavam "montando" a infra-estrutura do esquema de operações, que precisariam manter em atividade numa economia colonial ou neocolonial. Elas estavam, de fato, concorrendo para algo novo, que era a construção de uma economia capitalista dependente nos trópicos. Os efeitos remotos da revolução industrial e a luta entre nações capitalistas por autonomia ou hegemonia no mercado mundial tornavam essa ampliação das fronteiras econômicas da Europa e dos Estados Unidos inevitável. O importante, para quem examine o processo da perspectiva brasileira, é que se desencadeia uma reorganização da infra-estrutura da nossa economia que transcende, de imediato, aos incentivos diretos do mercado interno (em termos da produção para o exterior e de sua própria intensidade). Até hoje, ainda não se avaliaram nem o montante dos recursos materiais e humanos que foram investidos nesse amplo processo, nem o que ele significou nas várias regiões do País que foram por ele afetadas. Mas é fácil perceber que nessa sua "idade de ouro" as Nações capitalistas em luta por hegemonia ou por autonomia redefiniam a *indirect rule* segundo novos móveis, envolvendo-se, por isso, na transformação capitalista da sua periferia mais avançada com uma audácia desconhecida. O controle indireto das relações comerciais já não era suficiente. Era preciso ir mais longe, implantando, pelo menos na parte mais rica e avançada da periferia, controles econômicos que pudessem operar através do desenvolvimento institucional da livre empresa, em todos os níveis do comércio e, progressivamente, do movimen-

to bancário e da produção que o fluxo comercial-financeiro exigisse. Para isso, não era suficiente um mercado capitalista especificamente moderno suportado por um fluxo limitado de modernização institucional. Impunha-se a reorganização do espaço ecológico, econômico e social, para ajustá-lo não só a potencialidades reais ou virtuais do desenvolvimento capitalista, mas aos dinamismos das sociedades hegemônicas, que irrompiam na periferia, precisando de condições concretas para se consolidarem e se expandirem.

Há dois pontos a enfatizar, nesta breve discussão. Primeiro, o caráter mesmo dessa transformação indireta, que se promove de fora para dentro (apesar das aparências em contrário). Segundo, as conseqüências da conexão estrutural é dinâmica, que assim se estabelece entre o mercado das nações capitalistas hegemônicas e o desenvolvimento econômico interno.

Na fase de transição neocolonial, o desdobramento para fora das economias metropolitanas imperialistas, que não pretendiam e não podiam (em certos casos ou em dadas condições, como foi a regra nas relações da Europa com a América Latina), estabelecer controles coloniais sobre as economias das "nações emergentes", visava a criar elos dinâmicos entre estas economias e os mercados centrais. A eclosão e posterior expansão de um novo tipo de mercado, especificamente capitalista e implantado em cidades-chaves para as relações de satelitização econômica e cultural, que assim se institucionalizavam, eram suficientes para alimentar esse tipo superficial de incorporação. O que se buscava não era impor controles internos indiretos à organização e ao funcionamento das economias capitalistas emergentes. Mas constituir condições de controle externo que pudessem submeter o comércio "internacional" dessas economias a um condicionamento indireto, regulado pelos interesses econômicos e políticos da nação capitalista hegemônica. Na verdade, simplificando-se brutalmente as coisas, o esquema produção interna para exportação equivalia a um regime de feitoria ampliado, organizado e mantido a expensas do parceiro mais fraco. Os desdobramentos políticos desse padrão de relação, sempre que os conflitos de interesses criassem situações de crise, se resolviam ao nível da conciliação privada, dos acordos entre Governos e do trato diplomático. No caso do Brasil, onde a aristocracia agrária tinha pleno controle econômico, social e político dos assuntos públicos e privados, esse esquema acarretava poucos dividendos políticos fatalmente negativos. Ele pressupunha uma fixação estática do eixo da econo-

mia interna, eternizando a produção primária exportadora. Mas esta era uma conseqüência que a aristocracia agrária não só aceitava, como desejava com certo ardor. Mesmo a Inglaterra teve de enfrentar muitas dificuldades para manter privilégios acumulados sob a administração portuguesa; alcançou pouco êxito nas tentativas de solapar as bases de poder da aristocracia agrária (mediante o combate à escravidão e a interrupção do tráfico); e teve de desdobrar-se para lograr vantagens na competição com outras nações, que disputavam sua posição hegemônica no mercado brasileiro.

Esse tipo de controle indireto tornou-se rapidamente obsoleto. Os próprios dinamismos do mercado capitalista moderno, implantado nas "nações emergentes", poderiam engendrar um padrão autônomo de crescimento econômico, provocando evoluções realmente similares às que haviam transcorrido (ou estavam transcorrendo) na Europa. Doutra lado, a competição em áreas especificamente comerciais entre nações que disputavam a hegemonia no mercado mundial só poderia acelerar e aprofundar tal processo, pondo as economias centrais diante do risco de investir recursos materiais e humanos na criação de mercados nacionais concorrentes na periferia. A resposta a essa contraditória situação tinha de ser procurada na reelaboração da estratégia seguida durante o período de transição neocolonial. O impasse seria facilmente superado se se dessem ao mercado capitalista moderno, implantado na periferia, maiores dimensões estruturais e dinâmicas, de modo que ele pudesse ativar um maior número de funções essenciais ao desenvolvimento capitalista, o que permitiria articulá-lo aos mercados das economias centrais. Isso exigia que, ao lado do esquema inicial de importação e exportação, se organizassem outros esquemas simultâneos de intervenção comercializada nas economias periféricas (na esfera dos serviços públicos e da estrutura das cidades, na rede de comunicações e de transportes, na transplantação de imigrantes, na preparação de planos de colonização e de expansão da agricultura comercial ligada ao comércio interno, na substituição da produção artesanal pela produção manufatureira, na introdução de novos padrões de ensino, de utilização dos recursos humanos e de estilo de vida, na transferência das tecnologias que tornassem tudo isso viável etc.). Em conjunto, as nações centrais estavam diante de novos empreendimentos financeiros, de escala considerável, que estendiam a comercialização de suas influências do âmbito do intercâmbio comercial propriamente dito para o do desenvolvimento

econômico em geral. De imediato, elas tinham de superar as técnicas de *indirect rule* mais simples, para inventar e utilizar técnicas de dominação indireta muito mais complexas, fundadas na articulação da economia capitalista hegemônica às economias capitalistas da periferia. Tem-se salientado demais que o capitalismo industrial forçava a conquista e a preservação de mercados externos. Contudo, não se tem dado a devida atenção à magnitude que tal processo teria de assumir, sob a hipótese de que controles coloniais e neocoloniais se tornassem ineficientes (ou, alternativamente, que o mercado capitalista moderno da periferia crescesse além de certos limites). Nesta situação peculiar, para manter a posição hegemônica, a economia central tinha de possuir potencialidades para desencadear, a distância, um vasto processo de transformação econômica e institucional, que permitisse reformular a satelitização, qualquer que fosse o ímpeto do crescimento capitalista suscitado pela implantação e expansão do mercado moderno na economia periférica. Portanto, aí se configura uma modalidade típica de incorporação, que se distingue das formas de incorporação colonial e neocolonial; e que se funda no volume de similaridades estruturais e funcionais que a economia hegemônica, como um todo, pode transferir para a economia periférica, como um todo. As adaptações daí decorrentes é que passariam a regular o fluxo de processos econômicos, da modernização tecnológica e institucional etc., de um pólo a outro. Elas teriam de "nascer" e de "crescer" dentro das próprias economias periféricas, o que quer dizer que as referidas adaptações exigiam um certo "desenvolvimento capitalista prévio" dessas economias e potencialidades econômicas que assegurassem viabilidade global para tão complexa modalidade de transição econômica e cultural. Dadas essas condições, por outro lado, os interesses econômicos de cada pólo encontravam canais flexíveis de harmonização, de confluência e de fusão. Isso fazia com que a incorporação não aparecesse como tal na consciência dos agentes econômicos (pelo menos no lado do pólo periférico); e, além disso, concorria para conferir à articulação de economias capitalistas desiguais uma sólida base dinâmica (não só *flexível e duradoura*, mas suscetível de "*crescer dentro da mudança*").

A natureza de todo esse processo era pouco visível. A empresa privada (ao nível do comércio, dos bancos, das manufaturas, dos serviços e da agricultura) centralizava as operações. Ela não operava de fora para dentro, mas a partir de dentro. Portanto, ela permitia diluir as pressões inevitáveis e dissimular os in-

teresses reais que se desdobravam de fora para dentro, com a vantagem de assegurar várias formas de associação de agentes econômicos, de firmas e de capitais internos com as economias centrais. Desse ângulo, a constituição de uma nova infra-estrutura para o mercado capitalista moderno e a criação quase concomitante de uma nova estrutura para todo o sistema econômico surgiam como se fossem transformações puramente internas, que encontravam suporte no exterior, mas *nasciam* de processos iminentes à diferenciação e ao crescimento espontâneos da economia brasileira. Na verdade, tais processos se concretizavam como se resultassem de decisões exclusivas dos agentes econômicos nativos e se fizessem parte de uma firme rede de “aspirações nacionais”, que iriam acarretar a passagem gradual da dependência para o desenvolvimento capitalista autônomo e auto-sustentado. Não se percebia que uma economia nacional articulada não gera, pela livre expansão de seu setor moderno — mesmo que ele atinja plena integração sob o capitalismo competitivo, tornando-se capaz de uma transição industrial irreversível — um desenvolvimento capitalista bastante forte para absorver e eliminar por si mesmo a dualidade do sistema econômico³. Além disso, ignorava-se que a segunda articulação, a que se configurava ao nível da economia mundial, com os mercados e o sistema de produção das nações hegemônicas, operava simultaneamente em duas direções contrárias, deixando para a economia brasileira como um todo um saldo final de potencialidades dinâmicas próprias muito pobre (ou muito fraco).

De um lado, o desenvolvimento induzido de fora acelerava a revolução econômica no setor novo, porém em termos de requisitos limitados, pois o que entrava em jogo não era o *desenvolvimento capitalista* em si mesmo, mas a adaptação de certas transformações da economia brasileira aos dinamismos em expansão das economias centrais. Ou seja, o desenvolvimento induzido somente selecionava e transferia dinamismos que aceleravam transformações capitalistas mais ou menos necessárias, ao processo de incorporação em curso; eles eram insuficientes ou neutros para transformações capitalistas mais complexas e, de qualquer modo, não poderiam gerar, por si mesmos, um desenvolvimento capitalista autônomo e auto-sustentado, análogo ao das economias centrais e hegemônicas. Portanto, o desenvolvimento induzido estava calibrado por suas funções. Ele provocava uma re-

³ Note-se que nos Estados Unidos, por exemplo, foi preciso uma guerra civil para pôr termo aos efeitos negativos da articulação.

volução econômica autêntica. Contudo, projetando-a no âmago de relações de dependência constantes, que não deixavam espaço histórico para a repetição das evoluções do capitalismo na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, ou na Alemanha e no Japão. De outro lado, a articulação dependente às economias centrais era, em si mesma, fonte inexorável de uma forte inibição do desenvolvimento capitalista. Como a aristocracia agrária e o alto comércio, as nações hegemônicas estavam muito empenhadas em manter a economia brasileira como uma economia articulada, não só no plano mundial, mas também e principalmente ao nível nacional. Mesmo quando tentavam solapar as bases do poder senhorial e destruir a escravidão, essas nações não tinham em mira a real absorção do setor arcaico pelo setor moderno. Qualquer modificação profunda, nessa esfera, era nociva aos seus interesses imediatos e futuros, pois ela redundaria em modificações imprevisíveis do volume do excedente econômico que poderia ser drenado, direta ou indiretamente (isto é, com ou sem mediação do setor novo) para fora. Ora, era esse excedente que garantia os dois processos descritos, de formação de uma nova infra-estrutura para o mercado capitalista interno e de constituição de uma nova estrutura do sistema econômico brasileiro, ambos condicionados e regulados como um desdobramento de fronteiras das economias centrais. Para estas, portanto, suprimir a articulação inerente à superposição da economia urbano-comercial e da economia agrária seria o mesmo que matar a galinha dos ovos de ouro. Elas perderiam, ao mesmo tempo: os controles econômicos estabelecidos sobre a organização da economia urbano-comercial e do comércio de exportação; e a posição de agente privilegiado no rateio do excedente econômico, que sofria, graças ao padrão induzido de desenvolvimento capitalista, uma expropriação principal ao nível da “repartição internacional”.

Não obstante, a transformação induzida de fora para dentro teve conseqüências de grande monta (consideradas as recentes origens coloniais da economia brasileira e as condições em que se dá a superação do estilo neocolonial). A partir do momento em que a articulação internacional provoca um deslocamento de fronteiras econômicas e culturais, ela põe a organização da economia periférica e seu padrão de desenvolvimento na órbita de uma revolução econômica. Por maiores que sejam as inibições, que resultam da articulação de uma economia periférica a economias centrais, a transformação capitalista atingida representa

o modo pelo qual se pode praticar o capitalismo competitivo na periferia. O Brasil é, por sinal, um dos países nos quais a natureza do salto histórico dado se desenha com extrema nitidez. Na medida em que se implantava uma nova infra-estrutura para o mercado capitalista moderno, não só se diferenciaram e expandiram o comércio, a agricultura e a produção manufatureira, como vulgarmente se diz. Aquele mercado deixa, aos poucos, de ser prisioneiro de algumas cidades-chaves e dos estreitos interesses que nutriam, inicialmente, a associação da aristocracia agrária com o alto comércio. Assim, entre o último quartel do século XIX e a Primeira Grande Guerra, período central para esta descrição, esse mercado se transfigura por completo. Ele passa a centralizar, gradualmente, operações comerciais e financeiras que antes eram inimagináveis, concentrando o capital resultante de tais operações; doutro lado, ele também passa a ligar e a integrar, gradualmente, localidades e regiões descontínuas e muito distantes entre si, imprimindo à relação capitalista uma função unificadora nacional de que ela fora, anteriormente, destituída.

Essa transformação estrutural e funcional do mercado capitalista moderno irá ter, por sua vez, profundas repercussões na organização e na evolução do sistema econômico global. Primeiro, no plano puramente econômico, o mercado torna-se capaz de operar como um agente de intensificação da vida econômica e de diferenciação da própria economia. Em particular, ele vai concorrer para a eliminação mais ou menos rápida da produção artesanal e substituí-la por uma impulsão contínua à produção manufatureira e à industrialização. Portanto, é graças aos dinamismos do mercado (configurado em novas bases estruturais e funcionais; e dotado de uma infra-estrutura mais ampla, diferenciada e rica) que surgem, se solidificam e crescem os estímulos para constituição interna de um sistema de produção propriamente capitalista, que se implanta inicialmente no setor urbano-comercial e daí se irradia, aos poucos e descontinuamente, para o setor arcaico. Aqui, guardadas as proporções, os efeitos construtivos do mercado capitalista moderno são comparáveis ao que ocorreu na evolução das economias centrais. O capitalismo comercial aparece primeiro e atinge, com o tempo, um nível de concentração que o converte em patamar para o aparecimento do capitalismo industrial. Os ritmos dessa transição (apesar de sua aparente rapidez para o País) é que são lentos, descontínuos e demasiado débeis. Segundo, na esfera institucional — aos níveis da sociedade, da cultura e do Estado — a metamorfose

estrutural e funcional do mercado condiciona e regula o fluxo da modernização. Especialmente no setor urbano-comercial, onde a intensidade do processo é marcante, contínua e relativamente rápida, o mercado irrompe como uma força revolucionária, que desagrega a ordem escravista preexistente, com a rígida bipolarização que ela instituíra nas relações de poder, e engendra uma formação societária nova, fundada em relações competitivas. Tem-se dado maior atenção às inovações mais visíveis, que transparecem através da reorganização da ecologia urbana, do aumento da população, do advento do bonde ou do trem, do uso da energia elétrica, da cosmopolitização dos hábitos mundanos e do aparecimento de um novo estilo de vida, com consumo e comunicação em massa. O essencial, porém, está no pano de fundo, freqüentemente negligenciado. Nessa etapa, o mercado capitalista moderno põe os homens uns diante dos outros em termos do valor de seus bens e serviços. Classifica-os fora e acima da ordem estamental e de castas da sociedade escravista, erguendo forças muito ativas contra esta e forçando os homens livres a “passar pelo mercado” para fins de estratificação social. Isso significava o fim da escravidão, pois esta não poderia manter-se a partir do momento em que o mercado era visto e aceito como uma fonte legítima de classificação social. E, também, significava o começo de uma nova era, que iria consolidar-se no trabalho livre. Vendo-se as coisas desta perspectiva, no Brasil a “crise do antigo regime” lança aí suas raízes. Forma-se e difunde-se, aos poucos, uma nova mentalidade econômica, social e política, que serve de pião à irrupção do *Povo* na cena histórica. De modo tímido, modesto e incerto: primeiro, lutando contra os excessos dos senhores e pela Abolição; em seguida, lançando-se às greves e saindo às ruas para exercer pressão política contra os excessos da dominação oligárquica e pelo advento da “democracia burguesa”. É nesse quadro amplo, que se estende à crise de 1929 e à Revolução de 1930, que se esbatem os efeitos sociais construtivos, desencadeados pela metamorfose do mercado, sob a consolidação do capitalismo competitivo. E é em função desse quadro, também, que se deve tentar compreender a significação sociológica que o referido mercado adquire na sociedade emergente.

Em suma, um desenvolvimento capitalista articulado não produz uma transformação capitalista de natureza diferente da que se pode observar nas sociedades capitalistas autônomas e hegemônicas. O que varia é a intensidade e os ritmos do processo. Condição a partir de fora, através de dinamismos econômi-

cos que constantemente se renovam e se aprofundam, a articulação da economia periférica às economias centrais torna impossível, enquanto se mantém, a eliminação da dominação imperialista externa. Por isso, enquanto se constitui, se consolida e se expande, tal economia competitiva tende a redefinir e a fortalecer os liames de dependência, tornando impossível o desenvolvimento capitalista autônomo e auto-sustentado. Todavia, o desenvolvimento capitalista logrado traz consigo, como nas sociedades centrais e hegemônicas, as mesmas tendências de organização e de evolução da economia, da sociedade e do Estado. A história do mercado comanda a história econômica, social e política, até que ele, sem passar propriamente para segundo plano, engendra finalmente uma transição mais complexa, na qual as funções dinamizadoras da transformação capitalista passarão a nascer das relações capitalistas de produção propriamente ditas.

Se a descrição apresentada é correta, o período de transição neocolonial oferece ao capitalismo comercial bases econômicas, institucionais e humanas de maturação interna. Dessa evolução resulta um padrão de desenvolvimento capitalista que, apesar de suas limitações intrínsecas, gera as condições estruturais e dinâmicas, simultaneamente a partir de fora e a partir de dentro (isto é, pelas influências das nações capitalistas centrais e do mercado mundial; e através das repercussões a curto e a longo prazo do crescimento econômico interno), para o aparecimento de uma economia capitalista competitiva, nucleada no setor urbano-comercial, mas com tendências a expandir-se na direção do campo (primeiro, graças à irradiação, disseminação e reintegração do mercado moderno; em seguida, pela universalização legal do trabalho livre e a emergência de um sistema de produção capitalista nas cidades-chaves, dotado de dinamismos que transcendem à economia urbana). O padrão de desenvolvimento capitalista dessa economia competitiva elabora-se ao longo de uma evolução semi-secular. Contudo, os dinamismos do mercado, que poderiam promover a diferenciação do sistema econômico, aparecem de modo precoce, condicionando e estimulando a formação gradual de formas capitalistas de produção nas cidades. Nesse primeiro momento, ao surgirem essas formas mais ou menos elementares de produção capitalista, vários artigos de consumo cotidiano passaram a ser elaborados ou produzidos internamente. No entanto, o modelo de mercado inerente ao padrão de desenvolvimento capitalista operante não pressionava nem a coordenação

ou fusão de formas tradicionais de produção artesanal nem a intensificação da produção manufatureira. O comércio mantinha-se como o pólo dinâmico do sistema de importação e exportação, organizado no período neocolonial. Na medida em que se estrutura e se difunde, territorial e socialmente, o mercado capitalista típico de uma economia competitiva, suas pressões sobre a diferenciação e a reintegração do sistema econômico crescem em qualidade e em quantidade. Surge, assim, um surto industrial propriamente dito, fortemente apoiado nos dinamismos do mercado, aos quais, em reações em cadeia, ele concorre para fortalecer. Nesse segundo momento (mais ou menos da última década do século XIX à crise de 1929), a industrialização percorre todo um ciclo de expansão. Na situação brasileira (como na de outros países de economia capitalista articulada, como seria o caso da Itália e da maioria das nações que transitaram para o capitalismo competitivo na América Latina), essa etapa não só envolve a substituição mais ou menos rápida da produção artesanal e da industrialização intersticial pela industrialização sistemática. Ela também pressupõe um certo grau de "amadurecimento" na manifestação interna da economia competitiva, pelo menos nos dinamismos do mercado e da produção industrial, que se apoiassem sobre o crescimento urbano. Por fim, o padrão de desenvolvimento capitalista "normal" acabará sendo absorvido como um todo pela sociedade brasileira, operando como tal, simultaneamente, aos níveis estrutural, funcional e histórico. Não obstante, ele era o padrão de desenvolvimento capitalista de uma economia capitalista competitiva duplamente articulada: 1.º internamente, através da articulação do setor arcaico ao setor moderno, ou urbano-comercial (na época considerada transformando-se, lentamente, em um setor urbano-industrial); 2.º externamente, através da articulação do complexo econômico agrário-exportador às economias capitalistas centrais. Por isso, as próprias condições estruturais, funcionais e históricas de vigência do referido padrão de desenvolvimento capitalista introduziam inibições sistemáticas ou ocasionais, que solapavam, reduziam ou anulavam suas potencialidades dinâmicas (tanto ao nível organizatório quanto ao nível evolutivo). Ainda assim, essas potencialidades eram bastante fortes: a) para provocar a emergência e sustentar a expansão gradual de formas de produção capitalista; b) para criar tendências constantes ou crescentes à industrialização e, mesmo, à diferenciação e à reintegração do parque industrial; c) para intensi-

ficar e acelerar as tendências à integração nacional do mercado interno (em suas múltiplas funções); d) para diluir e absorver barreiras que se interpunham entre as formas predominantes na produção agrária e na produção industrial, pressionando no sentido de irradiar, da cidade para o campo, formas capitalistas de relações de trabalho, de mercado e de produção (de imediato, pela transformação da propriedade agrária e da organização do trabalho nas zonas de crescimento econômico acelerado ou de imigração e de agricultura comercial voltada para o mercado interno; a longo prazo, embora de maneira descontínua e oscilante, pela incorporação do trabalho agrícola, de criação ou de mineração às relações do mercado).

Esse resumo permite situar algumas questões que precisam ser debatidas aqui, de uma perspectiva sociológica. A primeira, e mais importante de todas, diz respeito ao destino da dupla articulação econômica. Por curioso ou estranho que pareça, todos os tipos de “empresários” que operavam na agricultura, na criação, na mineração, no comércio, na indústria, com os bancos etc., orientados para dentro ou para fora, sucumbiram às limitações e às inibições do padrão descrito de desenvolvimento econômico sob o capitalismo competitivo dependente. O horizonte econômico de todos eles foi conformado pela mesma ansiedade de “aproveitar” as vantagens diretas e imediatas abertas por uma economia competitiva articulada. Mesmo mais tarde, quando o “desenvolvimento” aparece em cena, não se questiona ardentemente a dupla articulação — entram em debate questões relacionadas com a reforma agrária, o “entreguismo”, a remessa de lucros e o intervencionismo econômico do Estado, sem que o essencial, a respeito da dupla articulação, sofresse verdadeiro repúdio. Aceita-se, como “natural”, que o setor agrário em modernização continuasse vastamente arcaico, onde e como isso se mostrasse funcional à acumulação originária de capital. Doutro lado, também se aceita como “natural” que a articulação às economias centrais, além de persistir, se aprofundasse, sob a preunção de que aí estaria ou a “melhor” ou a “única” saída para a industrialização e a concomitante aceleração do desenvolvimento econômico interno. No setor empresarial, em particular, não surgiu nenhum grupo que combatesse frontalmente as tendências mais ou menos estáticas de temporização diante da dupla articulação. Em consequência, os esforços esboçados para corrigir as limitações e as inibições do padrão existente de desenvolvimento capitalista foram inócuos. Meras verbalizações, caíam

com freqüência num irremediável vazio histórico. Se possuíram alguma utilidade prática, essa se manifestou na luta pelo poder de barganha dos círculos empresariais; as guinadas “nacionalistas” ou “entreguistas” dos Governos achavam uma via de escoamento ou de estimulação, nas composições dos setores privados entre si e com o poder público. Pela segunda vez na história brasileira — a primeira foi por ocasião das lutas pela Independência — as classes dominantes e suas elites econômicas preferem, por acordo tácito, evitar o nó górdio de nossa evolução econômica dentro do capitalismo.

Outra questão é de ordem teórica. Dado o fato de que a formação e a expansão do sistema de produção capitalista são processos tardios, o mercado interno associou-se, estrutural e dinamicamente, à importação de bens e serviços. Podem-se medir as várias etapas das transições descritas acima pelo número, variedade e quantidade dos produtos que foram substituídos, gradualmente, pela produção interna de artigos similares. Todavia, é má descrição dizer-se que a substituição de importações tenha sido o dinamismo do processo. É provável que no cálculo racional dos empresários, em termos da técnica de programação da produção ou de comercialização, e de elaboração de políticas de conjuntura, pelos Governos ou por grandes empresas, as coisas possam ser representadas e simplificadas dessa maneira. A substituição de importações, porém, aparece numa rede de efeitos. Para explicá-la como e enquanto processo econômico, é preciso procurar as condições que tornaram ou tornam as subseqüentes substituições possíveis, em termos de causação (de transformações capitalistas que afetam o mercado, a produção industrial ou ambos). Quando a economia competitiva atinge uma fase de integração nacional do mercado e de diferenciação do sistema de produção industrial, as substituições de importações se tornam não só uma realidade banal, como um processo de longa duração, com tendência a aumentar continuamente. É, pois, na organização, diferenciação e reintegração do sistema econômico que se deve procurar a explicação tanto para as possibilidades de substituição de importações e do seu aumento constante quanto para as repercussões em cadeia das substituições simultâneas ou sucessivas sobre os dinamismos do mercado ou do sistema de produção industrial. Sob esse aspecto, o capitalismo competitivo alarga o campo econômico das “funções normais” do mercado e do sistema de produção, adaptando-os melhor ao que deveriam ser sob o padrão de desenvolvimento de uma economia compe-

tiva. As deficiências, inconsistências e conseqüências negativas, que têm sido atribuídas aos mecanismos das substituições de importações, tomados em si mesmos, não decorrem desse processo especializado e técnico. Mas, como se sabe, resultam, direta ou indiretamente, das limitações ou inibições que a dupla articulação econômica impõe ao padrão de desenvolvimento econômico sob o capitalismo competitivo. Aliás, reflexões análogas poderiam ser feitas com referência às substituições de importações (e, quicá agora, das substituições de exportações), na atual fase de transição para o capitalismo monopolista. Se insistimos sobre um fato de linguagem tão simples, fazemo-lo porque uma compreensão ambígua da realidade leva a explicações falsas. No caso, o essencial não está na substituição de importações, mas nas características que a dominação imperialista externa e a ausência da universalização das relações capitalistas de mercado e de produção introduzem no padrão brasileiro de desenvolvimento econômico sob o capitalismo dependente.

A última questão diz respeito à natureza do desenvolvimento capitalista sob a economia competitiva que se montou no Brasil. O que se escreveu acima, sobre as funções e o crescimento do mercado capitalista moderno, aplica-se como uma luva ao crescimento da economia brasileira entre as duas grandes guerras. Entre o fim da Primeira Grande Guerra, a crise de 1929 e o "intervencionismo" econômico do Estado Novo, através de vicissitudes que os manuais de história econômica registram, o capitalismo competitivo atingiu o apogeu que poderia lograr nas condições apontadas, de dupla articulação. Vários sintomas marcantes assinalam esse apogeu. O mais saliente refere-se ao segundo surto industrial, de maior peso para a economia do País, pois afetou a produção de bens de produção. Mas igualmente marcante é o grau de penetração do capitalismo no campo e o novo estilo de associação das oligarquias agrárias com o capital financeiro. Essa associação, que remonta à política de defesa dos preços do café e envolve, por igual, interesses financeiros nacionais e estrangeiros, pressupõe melhores condições de autoproteção do "produtor" e de comercialização dos produtos (nos mercados interno ou externo). Por fim, a partir de várias influências (pressões políticas das classes médias, especialmente através do "tenentismo" ou de movimentos ditos "nacionalistas"; da pressão de grupos da direita; ou da pressão de alguns círculos empresariais, da qual é típica a posição assumida por Roberto Simonsen), desencadeia-se uma forma de intervencionismo econômico

estatal, que se caracteriza pela saturação de certas funções de sustentação ou de reforço do desenvolvimento capitalista, mediante empresas públicas (ou semipúblicas). A Petrobrás e Volta Redonda são as duas realizações de maior vulto e significação, no período considerado. Este último sintoma parece ter maior importância interpretativa que os dois outros, já que ele sublinha algo crucial. Ao contrário do que ocorreu antes, quando se cria a infra-estrutura de um mercado capitalista plurifuncional, a infra-estrutura de um complexo sistema de produção industrial não pode ser lograda pelos esforços da iniciativa privada, estrangeira ou nacional. Como em outros países de economia capitalista articulada, no Brasil teve-se de recorrer ao Estado para enfrentar esse e outros problemas econômicos. Os três sintomas, vistos em conjunto, levantam a questão crucial: rompe-se ou não, através dessas tendências novas do desenvolvimento capitalista, com o caráter articulado da economia competitiva? Os empresários — mesmo os que se proclamavam "nacionalistas" e "protecionistas" — reagiram discretamente aos imperativos de romper com a dupla articulação. Onde puderam inovar ou renovar por meio da própria empresa privada, revitalizaram, na prática, os dois tipos de articulação mencionados acima. Onde o Estado se interpôs de permissão, relutaram em compartilhar responsabilidades e, principalmente, só deram anuência total quando ficou patenteada sua capacidade de destituir o Estado de real autonomia de ação, o que convertia os interesses privados, nacionais e/ou estrangeiros, nos grandes beneficiários diretos e indiretos do "intervencionismo" econômico estatal.

Ligando-se entre si esses traços marcantes da evolução recente do capitalismo competitivo no Brasil, constata-se que nem o mercado, nem o sistema de produção internos, suscitaram um movimento econômico que expusesse a dupla articulação a uma crise irreversível, ou, pelo menos, a uma crise decisiva. O crescimento da população, em escala de explosão demográfica, o ritmo da concentração urbana e, especialmente, as tendências mais ou menos firmes de universalização das relações capitalistas de mercado e de produção reduziram de forma considerável os efeitos inibidores da articulação ao nível interno. Mas a transformação, embora econômica e sociologicamente significativa, não foi tão acentuada a ponto de forçar a destruição dos últimos baluartes vivos do "complexo econômico colonial" e do "antigo regime". O crescimento do mercado interno refletiu-se em suas relações com a economia agropecuária, estabelecendo fluxos con-

sideráveis de comercialização voltados para dentro. Isso não impediu que práticas pré-capitalistas ou subcapitalistas se mantivessem quase incólumes ou se fortalecessem. Nem mesmo uma reforma agrária moderada chegou a ser instituída "para valer". Doutra lado, não surgiu nenhum esforço para corrigir a tradicional depressão dos salários das massas trabalhadoras em geral e dos operários urbanos. Mantinha-se, pois, a compressão do mercado, com os efeitos daí decorrentes — um mercado socialmente comprimido é, pela natureza das coisas, um mercado altamente seletivo, que acompanha a concentração social e racial da renda. O que isso representa, como fonte de inibição direta ou indireta do crescimento de formas capitalistas de produção em uma economia competitiva, é por demais sabido. Se os fatos se manifestam desse modo, isso é sintomático da persistência de uma mentalidade que via o mercado estabelecendo gradações entre "alto" e "baixo" comércio, como se a *realidade de massa* fosse secundária para seus dinamismos propriamente capitalistas. Em resumo, apesar do desaparecimento dos bloqueios que excluíam o setor arcaico da modernização capitalista, a situação global ainda convertia a economia competitiva num verdadeiro conglomerado de formas de mercado e de produção de desenvolvimento desigual. A pressão que essa economia, como um todo, podia fazer para libertar-se das limitações e das inibições que interferiam negativamente sobre suas potencialidades especificamente capitalistas de equilíbrio, de reorganização e de crescimento era ainda muito baixa. Na verdade, continuava a prevalecer a extrema valorização econômica de diferentes idades coetâneas e de formas de desenvolvimento *desiguais*, como expediente de acumulação originária de capital ou de intensificação da expropriação capitalista do trabalho.

Conclusões similares podem ser extraídas de evoluções condicionadas e reguladas pelos dinamismos das economias capitalistas centrais e do mercado mundial. Na verdade, já antes da Primeira Grande Guerra ambos começam a transferir para a periferia dinamismos econômicos que refletem o advento das "corporações" ou das "empresas multinacionais", típicas da Segunda Revolução Industrial, nas esferas do comércio, da produção industrial e dos serviços. Depois da crise de 1929 eles aparecem, de fato, como os dinamismos mais importantes, que se esbatem sobre as economias periféricas para submetê-las a um novo processo de incorporação às economias centrais e para transformá-las. Pode-se fazer um esforço de abstração, procurando-

do-se selecionar, entre os elementos da dominação imperialista externa, aqueles que seriam mais ou menos compatíveis com as dimensões e com o sentido do capitalismo competitivo. Contudo, este entrara em crise nas economias centrais. Ele se mantém quase intacto na periferia exclusivamente em virtude dos ritmos mais débeis e descontínuos de seu desenvolvimento capitalista. De qualquer forma, é preciso assinalar que se operara uma profunda transformação na natureza dos controles econômicos transferidos para o seio das economias periféricas pelas economias centrais e, também, no modo de manipular tais controles. Ainda na era do capitalismo competitivo — e de um capitalismo competitivo dependente — as economias periféricas se tornaram uma presa à avalanche dos novos dinamismos econômicos, que se sobrepunham (ou se dissimulavam) e se somavam a dinamismos que traduziam a marca do estado anterior das economias centrais, que continuavam a operar ativamente (a intensidade com que isso acontecia dependia, naturalmente, das condições da transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista nas economias centrais, ou seja, da importância relativa que as "grandes corporações" possuíam na reorganização da economia capitalista nas nações hegemônicas).

No momento em que o capitalismo competitivo atinge o apogeu, portanto, ele iria sofrer um forte solapamento não a partir de dentro da economia brasileira, mas a partir de fora. Contudo, até aos meados do presente século, as percepções internas eram unânimes em apontá-lo como um "estado natural" e, mesmo, o "estado ideal" do capitalismo moderno. Apesar das incertezas, os ciclos de euforia econômica fortaleciam as convicções segundo as quais essa modalidade de capitalismo (na maneira pela qual ele fora reproduzido pela sociedade brasileira) permitia conciliar os interesses internos e externos, enfrentar com certo êxito as revoluções econômicas inerentes ao desenvolvimento de uma economia competitiva e renovar continuamente as bases materiais da dominação burguesa. De ponta a ponta, a diluição dos controles econômicos (com seus dividendos culturais e políticos), através de empresas privadas individuais, escondera a realidade da dominação imperialista, que se estabelecera mediante a irrupção e a expansão do capitalismo competitivo. As "grandes esperanças" da burguesia brasileira, por causa do ímpeto do crescimento do mercado interno e da industrialização, tornaram-na ainda mais avessa a ir ao fundo dos fatos e a questionar os sucessivos desdobramentos da "colaboração estrangeira".

Na medida em que a tendência externa ia na direção de aumentar a eficácia dos controles econômicos, implantados via empresa e interesses privados, as orientações capitalistas internas evoluíam no sentido inverso, de ignorar as transformações e as conseqüências desses controles, a curto e a longo prazo, pondo-se maior ênfase no significado mediato ou conjuntural da transferência de capitais, de tecnologia, de empresas, de capacidade empresarial, "programas de associação" e investimentos etc. O que quer dizer que, ao chegar ao fim de sua evolução histórica, o capitalismo competitivo continuava a ser *muito pouco brasileiro*, em termos da capacidade interna de limitar ou de neutralizar os controles econômicos que ele internalizava ou de conter o amplo fenômeno de internacionalização da economia brasileira, que ele acarretava.

Esse traço mais geral não impedia (ao contrário, pressupunha) mudanças substantivas no quadro da organização e dos efeitos econômicos da dominação externa. Certas influências primordiais entraram em declínio, outras influências agigantaram-se. A Inglaterra, por exemplo, vê sua posição hegemônica em relação ao Brasil deteriorar-se irremediavelmente. Doutro lado, os Estados Unidos atingem e, em seguida consolidam, uma hegemonia sem paralelos na vida econômica do País. Além disso, as áreas de aplicação dos investimentos e de tecnologia moderna se deslocam, acompanhando seja as transformações ocorridas na economia brasileira, que ofereciam novas oportunidades aos dinamismos das economias centrais, seja os rumos tomados pelo próprio capitalismo mundial. O que importa aqui é que os processos de sucessão ecológica, econômica e técnica tiveram conseqüências que vão além da alteração da morfologia e do "rendimento relativo" da economia competitiva instalada no Brasil. Países como os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão, principalmente, traziam modelos de organização das empresas, de arranjos empresariais e de "associação econômica" que não foram constituídos sob o impacto da Primeira Revolução Industrial. Eles não só expunham uma economia competitiva dependente e subdesenvolvida (e portanto muito débil) a pressões muito fortes, que não eram percebidas negativamente ou, então, que não podiam ser controladas a partir de dentro. Como surgiam numa etapa mais avançada de expansão da economia capitalista competitiva no Brasil, tais pressões encontravam amplo espaço econômico para operar livremente e florescer. Em conseqüência, os mecanismos de autodefesa e de controle indiretos, proporcionados

dos pela associação com interesses, pessoas ou firmas estrangeiras, tornavam-se obsoletos e ineficazes. Um economista poderá dizer que tudo isso não constitui um mal em si mesmo e que não se pode debitar às regras do jogo a má sorte nas apostas. Contudo, por mais "inevitável" (ou mesmo "normal") que tenha sido essa evolução, o fato é que as alterações apontadas expunham a economia competitiva como um todo a um efeito inesperado: a dominação imperialista externa cresce (e não diminui, como se esperava), com a diferenciação e a aceleração do desenvolvimento capitalista; e, ao mesmo tempo, ela se redefine e se fortalece, agora, a partir de dentro, utilizando a base material quase inexpugnável que alcançara na organização do sistema econômico e manipulando as probabilidades de decisão inerentes à sua própria posição institucional. No conjunto, as partes por assim dizer vitais da economia competitiva, em todos os setores econômicos, constituíam verdadeiros nichos das economias centrais, que lograram assim uma tremenda vantagem estratégica mesmo em comparação com as empresas estatais e com as poucas "grandes corporações" brasileiras. Essa vantagem estratégica, na etapa de crise que afeta o capitalismo competitivo em apogeu, seria de grande valor para os interesses externos envolvidos, que podiam praticamente decidir por conta própria como fazer a transição para uma economia capitalista monopolista. Portanto, se as evoluções internas fizeram muito pouco para libertar o padrão de desenvolvimento capitalista dos efeitos da dupla articulação, as evoluções condicionadas e reguladas através dos dinamismos da economia capitalista mundial reciclaram esse padrão de desenvolvimento para continuar a ser o que sempre foi, adaptando-o às novas condições e aos novos interesses das nações centrais. Os analistas da história econômica da América Latina que tentaram explicar o desenlace negativo em que culmina a transformação capitalista, sob situação competitiva, como se os empresários nacionais pudessem ter impedido tal desenlace, mantidas as condições existentes, ou exageram as potencialidades econômicas desses empresários, ou ignoram a natureza do desenvolvimento econômico (e de sua aceleração) sob o capitalismo competitivo dependente.

O movimento global da transformação capitalista, sob as peripécias do capitalismo competitivo dependente, precisa, pois, ser analisado sociologicamente com extremo cuidado. Todos os processos básicos do desenvolvimento capitalista nas sociedades centrais se repetem (ou, seria melhor, se reproduzem, já que as con-

dições econômicas, sociais e políticas são diferentes). As consequências desses processos, aos níveis estrutural, funcional e histórico, no entanto, são bem diversas. A existência de uma alta burguesia, solidamente implantada numa economia capitalista competitiva bastante diferenciada e integrada; a formação de uma burguesia suficientemente numerosa para saturar os quadros de comando de tal economia e suficientemente forte para não se ver suprimida, economicamente, ou deslocada, politicamente, pela associação dependente; e o aparecimento de uma pequena-burguesia cada vez mais volumosa e agressiva (em termos de competição por riqueza, prestígio e poder), pelo menos nas metrópoles e nas grandes cidades — eis uma realidade humana que se torna chocante quando se considera a *performance* do desenvolvimento econômico sob o capitalismo competitivo dependente. Como foi possível que ele gerasse toda essa estrutura social e toda essa *engrenagem*, sem gerar, concomitantemente, fontes históricas de correção ou neutralização das inibições inerentes ao padrão de desenvolvimento capitalista dependente, ou o espaço econômico que seria necessário para que essas mesmas classes tivessem outra atuação histórica? A resposta já foi dada anteriormente. A dupla articulação impõe a conciliação e a harmonização de interesses díspares (tanto em termos de acomodação de setores econômicos internos quanto em termos de acomodação da economia capitalista dependente às economias centrais); e, pior que isso, acarreta um estado de conciliação permanente de tais interesses entre si. Forma-se, assim, um bloqueio que não pode ser superado e que, do ponto de vista da transformação capitalista, torna o agente econômico da economia dependente demasiado impotente para enfrentar as exigências da situação de dependência. Ele pode, sem dúvida, realizar as revoluções econômicas, que são intrínsecas às várias transformações capitalistas. O que ele não pode é levar qualquer revolução econômica ao ponto de ruptura com o próprio padrão de desenvolvimento capitalista dependente. Assim, mantida a dupla articulação, a alta burguesia, a burguesia e a pequena-burguesia “fazem história”. Mas fazem uma história de circuito fechado ou, em outras palavras, a história que começa e termina no capitalismo competitivo dependente. Este não pode romper consigo mesmo. Como a dominação burguesa, sob sua vigência, não pode romper com ele, a economia capitalista competitiva da periferia fica condenada a dar novos saltos através de impulsos que virão de fora, dos dinamismos das economias capitalistas centrais.

EMERGÊNCIA E EXPANSÃO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA

O quadro histórico do capitalismo monopolista é profundamente diverso daquele que se apresentara, em escala mundial e latino-americana, na época de irradiação do capitalismo competitivo para a periferia. A própria transição para o capitalismo monopolista não foi tão fácil nas economias centrais. De um lado, porque ela foi afetada pelas fortes tensões, aos níveis econômico, tecnológico e financeiro, que resultaram da competição internacional de economias capitalistas avançadas. De outro, porque as nações hegemônicas, que alcançaram desenvolvimento prévio mais intenso sob o capitalismo competitivo, enfrentaram maiores dificuldades na transição. Os estudos de Hobsbawn sobre a economia inglesa demonstram, por exemplo, que uma revolução industrial precoce pode tornar-se uma desvantagem relativa. Além disso, o capitalismo monopolista começa a alcançar sua primeira fase de clímax em conexão com a Primeira Grande Guerra. O advento do “socialismo num só país” não podia interferir nos dinamismos de sua expansão nas economias capitalistas centrais ou de sua irradiação para a periferia. Mas contribuiu para criar um elemento adicional de tensão (aos níveis econômico, cultural e político), pois o capitalismo mundial, como um todo, passou a defrontar-se, daí por diante, com a existência e os apelos de um padrão de civilização alternativo. Essa tensão manifestou-se na forma de conflito e, apesar dos efeitos suasórios da Nova Política Econômica, instituída por Lênin na Rússia, ela foi amplamente manipulada como fator de compressão e de concentração de poder pelas potências aliadas, concorrendo para “acelerar a história” em favor do capitalismo monopolista. No que concerne à periferia, a transferência do padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo monopolista constituía um processo de muito maior complexidade e de muito maior dificuldade que as anteriores eclosões do mercado capitalista especificamente moderno e da economia capitalista competitiva em sociedades recém-egressas de situações coloniais ou neocoloniais. A esse respeito, é preciso atentar para os requisitos desse padrão de desenvolvimento econômico, que exige índices relativamente altos: de concentração demográfica, não só em cidades-chaves mas em um vasto mundo urbano-comercial e urbano-industrial; de renda *per capita*, pelo menos da população incorporada ao mercado de trabalho e, em especial, dos estratos médios e altos das classes dominantes; de

padrão de vida, pelo menos nesses setores da população; de diferenciação, integração em escala nacional e de densidade econômica do mercado interno; de capital incorporado ou incorporável ao mercado financeiro, para dar maior flexibilidade e intensidade ao crescimento do crédito ao consumo e à produção; de modernização tecnológica realizada e em potencial; de estabilidade política e de controle efetivo do poder do Estado pela burguesia nativa; etc. Tais requisitos fizeram com que poucas nações da periferia pudessem absorver o padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo monopolista através de um simples desdobramento de fronteiras econômicas, culturais e políticas. Imediatamente antes e depois da Primeira Grande Guerra, apenas o Canadá, a Austrália e a África do Sul dispunham de condições internas que conferiam viabilidade a uma transferência global (embora paulatina) desse padrão de desenvolvimento, por meio dos processos normais de *conquista econômica*. Quanto ao resto da periferia, a única estratégia generalizada viável consistia na penetração segmentada, como técnica de ocupação do meio, de alocação de recursos materiais e humanos, ou de controle econômico. Foi através dessa técnica que as grandes corporações se instalaram e expandiram nessa imensa parte da periferia, assumindo o controle parcial mas em intensidade da exploração e da comercialização internacional de matérias-primas, da produção industrial para o mercado interno, do comércio interno, das atividades financeiras etc. Para atingir os seus objetivos comerciais, financeiros ou políticos elas não precisavam interferir, extensa e profundamente, na estrutura colonial, neocolonial ou competitiva das economias hospedeiras; ao contrário, essas estruturas lhes eram altamente vantajosas, já que economias desse tipo não dispunham de mecanismos econômicos reativos de autodefesa. A incorporação, por sua vez, não se fazia à economia capitalista central, mas ao *império econômico* das grandes corporações envolvidas. Isso tinha as suas vantagens políticas e diplomáticas, já que as nações hegemônicas não precisavam arcar com os ônus decorrentes de semelhante técnica de "expansão econômica", embora servissem como seu pólo de sustentação econômica, cultural e política e monopolizassem as vantagens dela decorrentes.

Vários fatores econômicos concorreram para alterar essa situação, em seguida à crise de 1929, antes e depois da Segunda Grande Guerra. As próprias transformações recentes da economia, da estrutura urbana e da tecnologia das sociedades hegemônicas engendraram formas ultradestrutivas de utilização das ma-

térias-primas da periferia, as quais converteram, em maior ou menor grau, as nações periféricas em fator de equilíbrio e de crescimento balanceado das economias centrais. Em consequência, ocorreu um deslocamento econômico das "fronteiras naturais" daquelas sociedades: as nações periféricas, como fonte de matérias-primas essenciais ao desenvolvimento econômico sob o capitalismo monopolista, viram-se, extensa e profundamente, incorporadas à estrutura, ao funcionamento e ao crescimento das economias centrais como um todo. Daí resultou uma forma de incorporação devastadora da periferia às nações hegemônicas e centrais, que não encontra paralelos nem na história colonial e neocolonial do mundo moderno, nem na história do capitalismo competitivo. Doutro lado, em parte por causa desse processo, em parte por causa de seu próprio crescimento demográfico e econômico, a periferia se alterou o suficiente, depois da Primeira Grande Guerra, para tornar-se um mercado atrativo e uma área de investimentos promissores. Tudo isso contribuiu para modificar substancialmente a relação das grandes corporações com as economias periféricas. Aquelas passaram a competir fortemente entre si pelo controle da expansão induzida destas economias, gerando o que se poderia descrever, com propriedade, como a segunda partilha do mundo. Todavia, foi no plano político que surgiu a impulsão fundamental ao processo de neocolonização, típico do capitalismo monopolista. O fim da Segunda Grande Guerra delimita o início de uma nova era na qual a luta do capitalismo por sua sobrevivência desenrola-se em todos os continentes, pois onde não existem revoluções socialistas vitoriosas, existem fortes movimentos socialistas ascendentes. Os fatos cruciais, nessa evolução, são a revolução iugoslava, o advento das democracias populares, a revolução chinesa e a revolução cubana. Nessa situação, o controle da periferia passa a ser vital para o "mundo capitalista", não só porque as economias centrais precisam de suas matérias-primas e dos seus dinamismos econômicos, para continuarem a crescer, mas também porque nela se achava o último espaço histórico disponível para a expansão do capitalismo. Onde a oportunidade não fosse aproveitada ou fosse perdida, a alternativa seria o alargamento das fronteiras do "mundo socialista" e novas transições para o socialismo.

Graças a esse quadro global, não é só a transferência do padrão de desenvolvimento inerente ao capitalismo monopolista das economias centrais para as economias periféricas que possui um caráter político. A própria implantação, a posterior irradi-

ção e a consolidação desse padrão de desenvolvimento nas economias periféricas terão de assumir, também, um caráter especificamente político. De um lado, as dimensões dos projetos, dos recursos materiais e humanos envolvidos, dos prazos de duração forçam as grandes corporações, e através delas os Governos das nações hegemônicas e suas organizações internacionais, a colocarem em primeiro plano os requisitos políticos da transformação capitalista da periferia. "Sem estabilidade política, não há *cooperação econômica*", eis a nova norma ideal do comportamento econômico "racional", que se impõe de fora para dentro, exigindo das burguesias e dos Governos pró-capitalistas das nações periféricas que ponham "a casa em ordem", para que pudessem contar com a viabilidade do "desenvolvimento por associação". Mas, de outro lado, a luta do capitalismo por sua sobrevivência transcende a esses limites. Os Governos das nações hegemônicas e as organizações ou alianças ligadas à comunidade internacional de negócios desencadeiam simultaneamente (às vezes de maneira coordenada), vários tipos de projetos de assistência, uns econômicos, financeiros ou tecnológicos, outros policial-militares, educacionais, sindicais, de saúde pública ou hospitalares etc. A função de tais projetos é diretamente política: acima de seus alvos explícitos, o que eles visam é a súbita elevação do poder de decisão e de controle das burguesias e dos Governos pró-capitalistas das nações periféricas. Desse modo, são logradas as condições de estabilidade política almejadas, que servem para reprimir os protestos contra as iniquidades econômicas, sociais e políticas, inerentes à transição para o capitalismo monopolista (inevitáveis e chocantes nas condições predominantes nos "países pobres"), tanto quanto para conjurar "o perigo comunista". No conjunto, ambas as influências externas concorrem para deprimir fortemente as estruturas políticas das sociedades hospedeiras. Nesse sentido, a modernização visada sob o lema de "desenvolvimento com segurança" — na lapidar formulação sintética, descoberta nos Estados Unidos — dissocia-se do modelo de civilização imperante nas nações hegemônicas. Ela negligencia ou põe em segundo plano os requisitos igualitários, democráticos e cívico-humanitários da ordem social competitiva, que operariam, na prática, como obstáculos à transição para o capitalismo monopolista. Na periferia, essa transição torna-se muito mais selvagem que nas nações hegemônicas e centrais, impedindo qualquer conciliação concreta, aparentemente a curto e a longo prazo, entre *democracia, capitalismo e autodeterminação*.

A economia brasileira se relacionou com a expansão do capitalismo monopolista segundo a forma típica que ela assumiu com referência à parte mais pobre, dependente e subdesenvolvida da periferia. Primeiro, vêm as manifestações mais longínquas, que têm relativa importância até o início da Segunda Grande Guerra. Operando diretamente, por meio de filiais, ou mediante concessionárias, as grandes corporações surgem, aqui, quase simultaneamente ao seu aparecimento nas economias centrais, explorando segmentarmente uma vasta gama de objetivos especulativos: produção e fornecimento de energia elétrica; operação de serviços públicos (transportes por bonde ou trem; gás; telefones; etc.); exportação de produtos agrícolas ou derivados industrializados, carnes, minérios etc.; produção industrial de bens de consumo perecíveis, semiduráveis e duráveis para o mercado interno; loteamento de terrenos, construção de casas ou venda de terras para fins agrícolas; comércio interno, especialmente nas esferas em que se tornara típico de uma sociedade urbano-comercial de massas, em transição industrial; operações de crédito, de financiamento e bancárias; projetos de desenvolvimento agrícola ou urbano, em conexão com a iniciativa privada ou o poder público; etc. Nesse período, suas influências se diluem nos mecanismos de uma economia competitiva em diferenciação e expansão. Só excepcionalmente logram transformar o controle econômico segmentar em fonte de um monopólio real (o que às vezes sucedia, em função das circunstâncias, como se poderia exemplificar com a Light e outras empresas que operavam serviços públicos); e, com frequência, submetem-se aos mecanismos competitivos do mercado interno, desfrutando vantagens extra-econômicas (procedentes de sua organização, de privilégios legais ou concessões públicas, do porte relativo de sua capacidade empresarial ou produtiva etc.). Contudo, elas não concorrem para a emergência e a irradiação do capitalismo monopolista a partir de dentro. Ao contrário, as matérias-primas e as parcelas do excedente econômico drenadas para fora se polarizam na expansão do capitalismo monopolista nas próprias economias centrais. Desse ponto de vista, elas apenas contribuem para dar maior vitalidade ao padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo competitivo dependente.

É na década de 50 que se pode localizar a segunda tendência de irrupção do capitalismo monopolista como realidade histórica propriamente irreversível. Nessa fase, a economia brasileira já não concorre, apenas, para intensificar o crescimento do capitalismo monopolista no exterior: ela se incorpora a este crescimento, apa-

recendo, daí em diante, como um de seus pólos dinâmicos na periferia. Esta transformação não se dá de modo súbito mas graças a uma evolução gradual, em que têm importância específica três fatores distintos. De um lado, a "decisão externa" de converter o Brasil numa economia monopolista dependente repousa em dois fatores diversos: a disposição das economias centrais e da comunidade internacional de negócios de alocar no Brasil um volume de recursos suficientes para deslocar os rumos da revolução econômica em processo; e no deslocamento empresarial envolvido por essa disposição, que iria implantar dentro do País o esquema de organização e de crescimento econômicos intrínsecos à grande corporação. De outro lado, a "decisão interna" de levar a cabo a referida transformação capitalista, tão temida por muitos povos de economia competitiva dependente e subdesenvolvida.

A mencionada disposição das economias centrais e da comunidade internacional de negócios manifesta-se reiteradamente no pós-guerra, esbarrando nos obstáculos erguidos ao "capitalismo industrial" pelas dimensões do mercado interno, ausência de um mercado financeiro organizado e dinâmico e pela inflação endêmica (conforme o diagnóstico da missão Abbink); ou, na falta de correspondência adequada nos setores estratégicos do Governo brasileiro e dos círculos industrialistas (mais propensos a graduar a transição industrial a partir de dentro, combinando o intervencionismo estatal a um nacionalismo econômico moderado). Ao que parece, os referidos "obstáculos" tinham pouca significação estrutural. Em nenhum lugar do mundo os dinamismos de qualquer padrão de desenvolvimento capitalista foram contidos ou impossibilitados pelas estruturas econômicas preexistentes. Estas ficaram, de antemão, condenadas à destruição parcial ou total, o que quer dizer que, onde não existem os requisitos demográficos, econômicos e sociais para a sua emergência, o capitalismo monopolista cria o seu próprio espaço ecológico, sociocultural e político na periferia. A questão não é de "viabilidade", mas de custos, tempo e operacionalidade. Até que ponto essa interpretação é correta nos demonstra o que aconteceu sob o Governo Kubitschek e os Governos militares posteriores a 1964. As duas oportunidades foram aproveitadas com enorme rapidez, evidenciando que as economias centrais estavam plenamente preparadas para transformar o controle econômico segmentar em um desenvolvimento capitalista-monopolista adaptado, com referência à economia brasileira.

O deslocamento empresarial de tal disposição assumiu feições distintas nos dois momentos assinalados. No primeiro momento, as grandes corporações só contaram com o espaço econômico que elas próprias conseguiram abrir, numa economia capitalista dependente mas em fase de transição industrial relativamente madura. Não parece que a longa penetração anterior, através de controles segmentários, tenha sido uma vantagem estrutural nesse processo. Ela deu alguma cobertura psicológica e política, em termos do grau de tolerância diante da grande corporação, em particular da grande corporação estrangeira, ligada ao "imperialismo econômico", e à "desnacionalização da indústria", na imaginação popular. A outros respeito, as vantagens que elas usufruíam não vinham da distância percorrida pelas congêneres mais antigas, porém das debilidades dos controles econômicos e políticos internos. No segundo momento, que se situa depois da consolidação dos Governos militares no poder, elas puderam contar com uma política econômica que unificava a ação governamental e a vontade empresarial. Então, começa a configurar-se o espaço econômico típico de que elas necessitavam para crescer. O fluxo da modernização institucional, requerido pela transformação capitalista implícita, é voltado com grande intensidade (e também com grande ingenuidade) na direção das condições estruturais e dinâmicas vistas como "favoráveis" à implantação e à consolidação seja das grandes corporações, consideradas isoladamente, seja do padrão de desenvolvimento capitalista-monopolista que elas pressupõem. Com isso, o deslocamento empresarial transcende à fase de irrupção propriamente dita, instilando dentro da economia brasileira tendências que não podem mais ser eliminadas por meios administrativos ou políticos simples. A economia competitiva ainda não desapareceu (aliás, ela não desaparece por completo nem mesmo nas nações centrais e hegemônicas). Mas ela já sofreu uma profunda erosão e a parte mais dinâmica do desenvolvimento capitalista (voltado para dentro ou para fora) subordina-se aos padrões do capitalismo monopolista.

A "decisão interna" de permitir e, mais que isso, de facilitar e de acelerar a irrupção do capitalismo monopolista, como uma transição estrutural e histórica, não possui o mesmo peso econômico que os dois fatores anteriores. No entanto, ela é central. Na sua ausência, as grandes corporações não contariam com espaço econômico e político para ir tão longe. O que quer dizer que continuariam indefinidamente presas à operação de controles econômicos segmentares, intrínsecos à sua participação na vida

econômica do País (o que não as impediria de retirar o melhor quinhão do crescimento econômico interno). Nas condições em que se organiza e cresce, no presente, uma economia capitalista realmente competitiva na periferia, sob forte intervenção estatal e uma polarização política tão extensa quanto profunda da dominação burguesa, a iniciativa privada interna tende a restringir, normalmente, as probabilidades de que uma súbita "expansão espontânea" das grandes corporações possa converter-se em ponto de partida de uma nova transformação da dominação capitalista externa (o que ocorreria sob a "irrupção natural" do capitalismo monopolista). A transição estrutural e histórica para o padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo monopolista, nas condições assinaladas, requer alterações tão profundas dos mecanismos de mercado, na organização do mercado financeiro e de capitais, nas dimensões da produção industrial, e medidas correlatas tão complexas (e, ao mesmo tempo, tão nocivas para vários grupos e classes sociais, inclusive empresariais), referentes à política econômica e à aplicação de incentivos que privilegiam as economias industriais de escala e a exportação, que ela se torna impraticável sem um apoio interno decidido e decisivo, fundado na base de poder real das classes possuidoras, dos estratos empresariais mais influentes e do Estado. Tudo isso transparece de modo muito claro no caso brasileiro. A "decisão interna" cristaliza-se aos poucos, depois da Revolução de 1930; fixa-se de maneira vacilante, a princípio, em favor do *impulso externo* como a "única solução" no fim da década de 50 e, por fim, quando surge a oportunidade crucial (o que se dá só de 1964 em diante), ela se converte no principal dinamismo político de todo o processo. A distância entre o Governo Kubitschek e o regime instaurado a partir de 1964 parece muito curta. Contudo, é preciso atentar para os dois movimentos concomitantes, que a dominação burguesa restaurada teve meios para realizar: 1.º) iniciativa privada interna e Estado conseguem, na verdade, "armar-se" autodefensivamente para enfrentar a aludida transição, que teria de transcorrer, inevitavelmente, como um processo de conquista econômica externa; 2.º) ambos ganham segurança suficiente para revolucionar o espaço econômico interno, com liberdade de ação quase total, podendo implementar medidas estratégicas de política econômica e medidas econômicas instrumentais (relacionadas com a criação de uma nova infra-estrutura e de um novo complexo institucional para o sistema econômico como um todo), através das quais procuravam adaptar a ordem econômica emer-

gente não às exigências das grandes corporações, apenas, mas aos requisitos estruturais e dinâmicos do padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo monopolista. Se tudo ficasse, pura e simplesmente, ao arbítrio das grandes corporações e dos interesses econômicos ou políticos das nações hegemônicas, burguesia e Estado nacional perderiam, ao mesmo tempo, os anéis e os dedos. Estariam trabalhando não por uma nova transição econômica dentro do capitalismo, passível pelo menos de controle político interno, porém por uma reversão colonial ou neocolonial insofreadável.

A base da "decisão interna" não é somente econômica. Ela repousa numa complexa motivação psicossocial e política que, infelizmente, não pode ser analisada aqui. Basta que se diga que ela envolve duas ilusões principais: 1.º) que a transição descrita tornaria possível resolver, através do capitalismo e dentro da ordem, os problemas econômicos, sociais e políticos herdados do período neocolonial ou que surgiram e se agravaram graças ao impasse criado pelo capitalismo competitivo dependente e pelo subdesenvolvimento; 2.º) que a depressão do poder econômico (com suas implicações políticas) da iniciativa privada interna e do Estado seria transitória, pois a transição descrita diluiria por si mesma, dentro de um prazo relativamente curto, tanto as vantagens do desenvolvimento capitalista dependente quanto as desvantagens da brusca elevação da influência estrangeira. Portanto, a motivação que está por trás dos comportamentos econômicos e políticos das classes possuidoras, dos círculos empresariais e do Governo é "egoística" e "pragmática". Mas não é "egoística" e "pragmática" em um sentido restrito e rudimentar. Os interesses econômicos equacionados são interesses de classe, que não afetam indivíduos ou grupos isolados, mas o modo pelo qual os estratos dominantes das classes média e alta percebem o "destino do capitalismo" no Brasil. Como se viram bloqueados pelo impasse do capitalismo competitivo dependente e subdesenvolvido, tentaram uma nova saída, mantendo as demais condições e introduzindo alterações no controle político da ordem, que permitissem dar viabilidade à saída escolhida. A verdadeira dificuldade foi escamoteada. Ignorou-se que ela não estava nos padrões alternativos de desenvolvimento capitalista, mas na dupla articulação. Mantida esta, o novo padrão de desenvolvimento capitalista terá de gerar, em termos estruturais, funcionais e históricos, novas modalidades de dependência em relação às economias centrais e novas formas relativas de subdesenvolvimento; e não como algo

transitório, mas permanente. Se essas modalidades de dependência e essas formas de subdesenvolvimento serão mais nocivas, produzirão contradições mais perigosas e desencadearão efeitos perturbadores mais graves, só a história nos dirá. Por via interpretativa, parece claro que, mantida a articulação, não se pode esperar que o capitalismo monopolista nos reserve algo melhor que o capitalismo competitivo. A evolução de outros países, em particular daqueles que fizeram a mesma transição sem limitações tão negativas e devastadoras, como é o caso do Canadá⁴, sugere que a própria burguesia brasileira irá descobrir, rapidamente, a natureza dos terríveis equívocos que cometeu.

O significado histórico-sociológico dessa transição é evidente. A burguesia brasileira não conseguiu levar a cabo a revolução industrial, nas condições com que se defrontava (com dificuldades inerentes não só a uma economia competitiva dependente e subdesenvolvida, mas às pressões desencadeadas, a partir de dentro e a partir de fora, pelas grandes corporações e por economias centrais que operavam em outra escala — a do capitalismo monopolista e da forma correspondente de dominação imperialista). Assim, a burguesia brasileira perdeu a sua “oportunidade histórica” porque, em última instância, estava fora de seu alcance neutralizar os ritmos desiguais de desenvolvimento do capitalismo: a periferia, como um todo, *atrasou-se* em relação às economias centrais, que a engolfaram em sua própria transformação. É claro que existiam alternativas para organizar a política econômica, tomando-se outras direções (dentro do capitalismo e fora dele). Contudo, políticas econômicas dessa natureza nunca foram consideradas seriamente pela burguesia brasileira. Quando elas surgiram, de modo débil e tosco, sofreram forte oposição por parte da “iniciativa privada”, nacional e estrangeira. O setor estatal, apesar de sua enorme importância relativa na estrutura e nos

⁴ Apesar das condições excepcionalmente favoráveis de que dispunha, para a transição indicada, o Canadá defronta-se com problemas e contradições de enorme complexidade, em particular no que diz respeito ao controle interno das condições e efeitos do desenvolvimento econômico sob o capitalismo monopolista e à neutralização da dominação imperialista externa (vejam-se especialmente: *A Citizen's Guide to THE GRAY REPORT*, prepared by the editors of *The Canadian Forum*, Toronto, New Press, 1971; K. Levitt, *Silent Surrender*. The Multinational Corporation in Canada, com prefácio de M. Watkins, Toronto, Macmillan of Canada 1970; A. E. Safarian, *Foreign Ownership of Canadian Industry*, Toronto McGraw-Hill Company of Canada Limited, 1966).

dinamismos da economia, não serviu de contrapeso às pressões privatistas internas e externas, de orientação ultraconservadora e “puramente racional” (isto é, extranacionalista). Ele próprio iria absorver, aos níveis organizatório, tecnológico e político, o “modelo” da grande corporação capitalista, convertendo-se, com grande rapidez e flexibilidade, na espinha dorsal da adaptação do espaço econômico e político interno aos requisitos estruturais e dinâmicos do capitalismo monopolista. Nesse sentido, se se pode falar nisso, ele é representativo de um “capitalismo de Estado” medularmente identificado com o fortalecimento da iniciativa privada e que pretende servir de elo ao florescimento das grandes corporações privadas (independentemente das origens de seus capitais e do seu impacto sobre a recomposição da dominação burguesa) e do capitalismo monopolista no Brasil (independentemente das eventuais “crises de soberania” decorrentes). Na verdade, a capacidade do Estado de atuar como esteio de uma maior ou menor identificação do capitalismo com alvos coletivos e nacionalistas constitui uma função do grau de identificação das classes possuidoras e de suas elites econômicas, militares e políticas com alvos dessa espécie. Apesar do apregoado “nacionalismo” dos industrialistas e das classes médias, eram pouco expressivos e influentes os círculos de homens de ação que defendiam objetivos puramente nacionais ou nacionalistas. O grosso das classes possuidoras e de suas elites econômicas, militares e políticas, já sob o *Estado Novo* e nas lutas contra o último Governo de Vargas, via o “capitalismo de Estado” como instrumental ou funcional apenas para os interesses privados (nacionais e estrangeiros). Ao lograr o controle completo da máquina estatal, colocaram-na a serviço da revolução econômica requerida pela “captação da poupança externa” e pela “internacionalização” da economia brasileira, sob o capitalismo monopolista. Essa experiência histórica comprova que o Estado não tem nem pode ter, em si e por si mesmo, um poder real e uma vocação inflexível para o nacionalismo econômico puro. Ele reflete, historicamente, tanto no plano econômico quanto no plano militar e político, os interesses sociais e as orientações econômicas ou políticas das classes que o constituem e o controlam. O Estado nacional brasileiro sucumbiu aos interesses de classe que ele representa. O “capitalismo de Estado”, que ele fomentou, cingiu-se às funções que a intervenção econômica e política estatal deveria preencher para que a irrupção do capitalismo monopolista se tornasse viável e irreversível.

Para completar este balanço⁵ da transição para o capitalismo monopolista cumpre examinar, ainda, três questões, que já podem ser debatidas com suficiente penetração analítica. Primeiro, como se processa a solução da crise do poder burguês, no plano econômico. Segundo, quais são as principais consequências e repercussões imediatas do novo padrão de desenvolvimento capitalista sobre a economia brasileira. Terceiro, o que a referida transição representa para as classes sociais antagônicas à dominação burguesa.

Os analistas da história republicana e da evolução política recente usam e abusam da palavra “crise” — em particular, quando focalizam o poder oligárquico e suas relações com a recomposição das estruturas políticas da sociedade brasileira. Na verdade, estou longe de concordar com essas análises, que repetem idéias de sociólogos, historiadores ou cientistas políticos argentinos ou do pensamento socialista latino-americano. As crises enfrentadas pela oligarquia agrária “tradicional” ou por seus rebentos urbano-comerciais e financeiros “modernos” no Brasil estão longe de possuir caráter estrutural. Nunca passaram de crises de conjuntura e históricas, que se encerraram (ou se reabriram) através de processos de rearticulação do poder de classe da burguesia, acomodando, assim, seus vários setores e as elites correspondentes, sem atingir as bases propriamente ditas da dominação burguesa (e, dentro desta, da influência da “oligarquia”). Além disso, como sucederia no Brasil, no México e em outros países da América Latina, o estilo de dominação da burguesia reflete muito mais a situação comum das classes possuidoras e privilegiadas, que a presumível ânsia de democratização, de modernização ou de nacionalismo econômico de algum setor burguês mais avançado. Por isso, ele antes reproduz o “espírito mandonista oligárquico” que outras dimensões potenciais da mentalidade burguesa. As coisas tomariam outro rumo se, de fato, aqui e alhures os setores urbano-comerciais e urbano-industriais fossem levados a tomar uma posição antioligárquica irredutível, o que exigiria que a dupla articulação se diluísse automaticamente através do próprio desenvolvimento capitalista; e que esses setores fossem capazes de atingir, por sua conta, o clímax da revolução industrial sob o capitalismo competitivo. Como isso não sucedeu, as crises começaram e terminaram na antecâmara da história, por assim dizer no

⁵ Pois não se pode ir muito mais longe na interpretação de processos histórico-sociais *in flux*, com frequência muito mal conhecidos.

salão de visitas das “burguesias nacionais” (entendendo que, superada a transição neocolonial, aristocracias e oligarquias agrárias ou agrário-comerciais convertem-se, aos poucos, em um ramo poderoso, por vezes o mais poderoso, dessas burguesias). A solidariedade de classe, expressa na defesa pura e simples do *status quo* (girando, com frequência, em torno da “defesa” da *propriedade privada* e da *iniciativa privada*), sempre foi suficiente para orientar os arranjos e as composições dos setores oligárquicos “tradicional” ou “modernos” com os demais setores (aliás, os desdobramentos econômicos, em geral, ou financeiros, em particular, tornariam uma tarefa de Hércules separar, claramente, as linhas de interesses de todos os setores, dentro da mesma classe social). Para dar continuidade quer ao desenvolvimento capitalista, da forma em que ele era acessível, quer à dominação burguesa, como ela podia ser praticada econômica, social e politicamente, todos esses setores se viam forçados a manter alianças fundamentais (visíveis ou não), que punham a solidariedade de classe em primeiro lugar e anulavam, sub-repticiamente, os conflitos *setoriais* ou *partidários* aparentemente intransponíveis. A evolução que resultou da predominância dos ritmos econômicos, tecnológicos e históricos externos levou a crise do poder burguês ao subterrâneo da história, convertendo-a em uma crise verdadeiramente estrutural. Mas, em circunstâncias tão especiais, que merecem cuidadosa atenção. Pois elas revelam como se dá a revolução econômica inerente à transformação industrial mais avançada na periferia; e mostram como ela refunde, em seu transcurso, as estruturas, as funções e o significado histórico da dominação burguesa, como e enquanto dominação de classe⁶.

Os problemas práticos com que se defrontava a burguesia brasileira e que ela não tinha como resolver, nas condições de uma economia capitalista competitiva mas dependente e subdesenvolvida, não ameaçavam, em si e por si mesmos, a base econômica, social e política do poder burguês. Todavia, eles criavam uma situação de permanente desgaste e de impotência, a qual teria concorrido para desagregar a dominação burguesa se existissem forças antagônicas organizadas, de contestação política revolucionária. Na ausência destas (ou com sua presença sob controle), o pânico da burguesia provinha muito mais da percepção

⁶ E não, como muitos pretendem ver estreitamente, como dominação de uma categoria econômica ou profissional, que se poderia distinguir da burguesia e se opor a ela (como se pensa com relação aos militares, aos empresários, aos intelectuais, aos tecnocratas etc.).

da necessidade de realizar um movimento econômico que a colocasse em condição de acompanhar os dinamismos econômicos e os ritmos históricos que as nações capitalistas hegemônicas transferiam para a sociedade brasileira. Era bastante claro que esses dinamismos e esses ritmos históricos — a partir do momento em que a incorporação alcançasse maiores proporções — deslocariam a burguesia brasileira, deixando-a em uma posição insustentável, com riscos econômicos e políticos evidentes se a dominação burguesa não fosse reajustada, estrutural e funcionalmente, às exigências econômicas das situações emergentes. Isso foi, exatamente, o que sucedeu. Primeiro, lentamente, do término da Segunda Guerra Mundial ao fim da década de 50; em seguida, de modo muito rápido, bem no começo e durante a década de 60. A crise do poder burguês aparece, pois, como uma crise de adaptação da dominação burguesa às condições econômicas que se criaram, senão exclusivamente, pelo menos fortemente, graças ao desenvolvimento capitalista induzido de fora e amplamente regulado ou acelerado a partir de fora.

O grande problema teórico, para a interpretação sociológica, consiste em explicar como essa crise do poder burguês se resolve sem maiores alterações ou comoções mais profundas na ordem social existente. As linhas fundamentais da superação da crise são perfeitamente identificáveis, o que permite sugerir uma explicação aproximada e provisória dessa transformação. Os elementos basilares do processo são: 1.º) a capacidade da iniciativa privada interna de captar as irradiações econômicas das grandes corporações, das nações capitalistas hegemônicas e do mercado capitalista mundial; 2.º) a capacidade de mobilização social e política da burguesia *como classe possuidora e privilegiada*; 3.º) a possibilidade de converter o Estado em eixo político da recomposição do poder econômico, social e político da burguesia, estabelecendo-se uma conexão direta entre dominação de classe, concentração do poder político de classe e livre utilização, pela burguesia, do poder político estatal daí resultante.

Quanto ao primeiro aspecto, existem muitas confusões a respeito das orientações econômicas, sociais e políticas do imperialismo na periferia. O sociólogo precisa romper com essas confusões, que perturbam a observação objetiva e a interpretação crítica da realidade. Em termos não só de preservação do *status quo*, mas também de irradiação e de expansão do capitalismo monopolista na periferia, não interessa às grandes corporações e às nações capitalistas hegemônicas desgastar a base econômica da domina-

ção burguesa e, tampouco, suscitar crises irreversíveis do poder burguês. Para continuar a extrair os recursos naturais e humanos da periferia ou participar esmagadoramente da expropriação do seu excedente econômico, as grandes corporações e as nações capitalistas hegemônicas precisam, no presente, favorecer a estabilidade e a eficácia do poder burguês nas economias capitalistas periféricas. Por isso, bastou que a iniciativa privada interna demonstrasse aprovar e querer os novos rumos da transformação capitalista, para que a presença externa aumentasse explosivamente, acelerando a revolução industrial e colocando-a em novas dimensões. O que importa, entre tudo que aconteceu ou está acontecendo, é a relação entre a captação das irradiações econômicas das economias capitalistas centrais e a formação de uma nova base econômica para a dominação burguesa. De um ponto de vista puramente econômico, esse foi o processo central, que permitiu adaptar a dominação burguesa às funções que ela devia ou deve desempenhar numa fase de crise e mutação do poder burguês, ou seja, de caos e de reconstrução da economia capitalista existente. A nova etapa de incorporação às economias centrais, sob o padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo monopolista, proporcionou à burguesia brasileira, portanto, a oportunidade de dar um salto gigantesco, que permitia, a um tempo, revitalizar as bases materiais do poder burguês e revolucionar o modo pelo qual ele se equacionava, historicamente, como dominação de classe especificamente burguesa.

Quanto ao segundo aspecto, jamais a burguesia brasileira poderia dar o referido salto, sob impulsão externa, se ela não tivesse condições efetivas de automobilização como e enquanto classe. Essa automobilização não se efetuou (nem poderia efetuar-se) contra o “perigo estrangeiro”, o “imperialismo econômico” ou o “controle norte-americano”. Na verdade, as irradiações econômicas das nações capitalistas hegemônicas favoreciam a recomposição e a revitalização do poder burguês: as elites das classes médias e altas entenderam isso muito bem. Doutro lado, as mesmas elites compreenderam (adequadamente quanto a seus interesses de classes), que a alternativa para o imobilismo econômico, intrínseco às taxas médias possíveis de desenvolvimento capitalista e de industrialização, seria, de qualquer modo, a deterioração e a desintegração da dominação burguesa (a longo prazo) ou o seu deslocamento econômico pela iniciativa privada estrangeira (a curto prazo). Em tal contexto, o pânico econômico forçou o aparecimento e o agravamento de atitudes de classe forte-

mente agressivas, nascidas de uma frustração crônica e do medo reativo, os quais contribuíram para projetar a agressão para fora da *nossa classe*. A *classe dos outros*, no caso, tinha de ser forçosamente o proletariado (e, confusamente, a congêrie das massas trabalhadoras e destituídas), que surge como o *inimigo natural* e o *alvo* dessa agressão autodefensiva. Como a *classe dos outros* não era a fonte real do estado de pânico, ela funcionou apenas como “bode expiatório” e como foco de referência para a atualização de processos elementares de solidariedade de classe. No clima histórico descrito, pânico, agressão e autodefesa reativa criavam impulsões de identificação coletiva e de comunidade política em todos os círculos das classes possuidoras e privilegiadas, simplificando as tarefas de liderança de suas elites. A defesa da “ordem”, da “propriedade privada” e da “iniciativa privada” congregou o grosso da minoria dominante em torno de interesses e de objetivos comuns, fazendo com que todos os setores dessa minoria e suas elites econômicas, militares, políticas, judiciárias, policiais, profissionais, culturais, religiosas etc. evoluíssem na mesma direção. Em conseqüência, elevaram-se as potencialidades unificadoras dos toscos interesses e objetivos comuns, enquanto, paralelamente, as divergências e os antagonismos setoriais de classe ou de partido eram bloqueados, de modo automático ou coercitivo. Sem dúvida, a “lei dos pequenos números” explica sociologicamente essa *performance*, altamente facilitada pelos baixos índices de participação econômica, cultural e política das massas. Os privilégios — e não os elementos dinâmicos do “espírito capitalista” — cimentaram essa espécie de solidariedade de rapina, que não iria desfazer-se enquanto não fosse superada a crise do poder burguês e restabelecida a plena eficácia da dominação burguesa.

Quanto ao terceiro aspecto, é conhecida a extraordinária importância estratégica do Estado, quer para o desenvolvimento capitalista na periferia, quer para um tipo de dominação burguesa que se singulariza pela institucionalização política da autodefesa de classe (para a preservação e a ampliação de privilégios econômicos; para a política econômica posta calculadamente a serviço do alargamento da base material do poder burguês; ou para ambas). A natureza de todas essas conexões em função da dominação burguesa nem sempre é evidente. Contudo, em nações capitalistas nas quais as funções classificadoras do mercado e as funções estratificadoras do sistema de produção são tão limitadas, a ponto do grosso da população permanecer excluído do funciona-

mento normal do regime de classes e da ordem social competitiva, somente as classes altas e médias chegam a participar efetivamente das vantagens proporcionadas pelo desenvolvimento capitalista. Essa participação é, em si mesma, um privilégio e só se pode manter na medida em que outros privilégios, vitais para as situações de classe alta e média, são intocáveis. A dominação da burguesia irradia-se de modo muito fraco da minoria dominante para o resto da sociedade (ao contrário do que sucedeu nas nações capitalistas hegemônicas, onde tal irradiação serviu de embasamento econômico para a “democracia burguesa”). Ela se concentra no tope, nos 10, 15, 20 ou 25% que têm rendas altas, monopolizam a cultura e o poder político, o que faz com que o poder político indireto, nascido do poder econômico puro e simples, e o poder especificamente político se confundam, atingindo o máximo de aglutinação, e o Estado se constitua no veículo por excelência do poder burguês, que se instrumentaliza através da maquinaria estatal até em matérias que não são nem administrativas nem políticas. Isso explica a facilidade com que, no Brasil, as classes possuidoras e privilegiadas passaram tão rapidamente, em 1964, da automobilização social para a ação militar e política; como o Estado nacional foi posto a serviço de fins particularistas da *iniciativa privada*; e por que as várias elites das classes dominantes (econômicas, militares, políticas, judiciárias, policiais, profissionais, culturais, religiosas etc.) encontraram tão depressa um foco de unificação institucional de suas atividades. O Estado aparece, portanto, como o segundo elemento, na ordem dos fatores de importância estratégica para a solução da crise do poder burguês, no amplo movimento da burguesia para se assegurar o êxito da transição para o capitalismo monopolista. Isso se se tomar a questão em termos da criação de uma base econômica adequada à dominação burguesa sob o capitalismo monopolista. Quando se vê a mesma questão em termos dos fundamentos políticos dessa dominação, a ordem dos fatores precisaria ser alterada. Os requisitos políticos do desenvolvimento econômico sob o capitalismo monopolista dependente, como já foi indicado acima, exigem um tão elevado grau de estabilidade política (pelo menos nas fases de eclosão e de consolidação, que nos é dado observar), que só uma extrema concentração do poder político estatal é capaz de garantir. Doutro lado, nos momentos mais críticos da transição, que ainda não foram vencidos, operou-se uma dissociação acentuada entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. Isso fez com que a restauração da dominação burguesa

levasse, de um lado, a um padrão capitalista altamente *racional* e *modernizador* de desenvolvimento econômico; e, concomitantemente, servisse de pão a medidas políticas, militares e policiais, contra-revolucionárias, que atrelaram o Estado nacional não à clássica *democracia burguesa*, mas a uma versão tecnocrática da democracia restrita, a qual se poderia qualificar, com precisão terminológica, como uma autocracia burguesa.

No que se refere às conseqüências e repercussões imediatas da irrupção do capitalismo monopolista na economia brasileira, a situação apresenta muitas analogias com o que ocorreu no passado, tanto quando da eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno em uma economia colonial, quanto quando da irrupção do capitalismo competitivo em uma economia escravista. Apenas, a heterogeneidade do quadro econômico brasileiro é agora mais pronunciada, a distância existente entre as várias épocas histórico-econômicas distintas (mas coetâneas) é muito maior e as contradições resultantes do desenvolvimento desigual interno são muito mais graves. Seria inútil fazer um bosquejo da "situação atual", pois ela tem sido tão discutida por apologistas ou críticos do *milagre brasileiro*, que se tornou bem conhecida. O essencial, do ponto de vista sociológico, parece ser situar a irrupção do capitalismo monopolista de acordo com sua estrutura íntima: um desenvolvimento capitalista provocado na periferia pelas economias centrais e, portanto, extensa e profundamente induzido, graduado e controlado de fora. Por essa razão, ela não possui, no contexto das economias capitalistas periféricas, o mesmo significado e as mesmas implicações econômicas que teve na evolução das economias capitalistas centrais. Antes de passar por semelhante transição, estas experimentaram amplos e duráveis processos de acumulação de capital, de invenção tecnológica, de expansão de uma sociedade de massas e de um mercado de consumo em massa, de modernização institucional, de participação cultural e de educação escolarizada, de elevação dos padrões de vida, de democratização do poder etc. Isso quer dizer que, sem ignorar que essa irrupção acarreta uma revolução econômica na periferia, o sociólogo deve levar em conta o que representa a falta de antecedentes e de concomitantes (tanto econômicos, demográficos e tecnológicos, quanto sociais, culturais e políticos), ao mesmo tempo no plano estrutural e ao nível histórico. O capitalismo monopolista não eclode nas economias periféricas rompendo o seu próprio caminho, como uma força interna irreprimível que destrói estruturas econômicas arcaicas ou simplesmente obsoletas, dimen-

sionando e reciclando o que deveria ser preservado e forjando suas próprias estruturas econômicas ou extra-econômicas. Vindo de fora, ele se superpõe, como o *supermoderno* ou o *atual*, ao que vinha de antes, ou seja, o "moderno", o "antigo" e o "arcaico", aos quais nem sempre pode destruir e, com freqüência, precisa conservar. O seu maior impacto construtivo consiste em cavar um nicho para si próprio, naquelas esferas das economias periféricas que são mais compatíveis com a transição, formando assim um exíguo espaço econômico, a partir do qual poderá crescer e quiçá irradiar-se para toda a economia, universalizando aos poucos os requisitos estruturais, funcionais e históricos inerentes ao seu próprio padrão de desenvolvimento capitalista.

Essa é a realidade. Pensar as coisas com paralelos e virtualidades, tomados às economias capitalistas centrais, seria ir demasiado longe... As metrópoles, as grandes cidades, uma boa parte do mercado interno e alguns segmentos do mundo agrário oferecem a semelhante padrão de desenvolvimento capitalista uma base estratégica de irradiação, de crescimento e de universalização progressiva. Sendo assim, pode-se perguntar: ele sempre acaba prevalecendo? É impossível dizer-se, com base nas evoluções que atingiram a periferia nos últimos trinta anos. Na medida em que ele for continuamente revitalizado pelos dinamismos das economias centrais, pelo crescimento interno das grandes corporações (não só estrangeiras, mas nacionais, estatais ou privadas) e pela expansão do mercado e do sistema de produção internos ele possui altas probabilidades de "vir para ficar". Esse parece ser o caso, atualmente, com referência ao Brasil.

Contudo, não se podem ignorar duas coisas. Primeiro, como ocorreu com o capitalismo competitivo, o capitalismo monopolista terá de adaptar-se para coexistir com uma variedade de formas econômicas persistentes, algumas capitalistas, outras extracapitalistas. Não poderá eliminá-las por completo, pela simples razão de que elas são funcionais para o êxito do padrão capitalista-monopolista de desenvolvimento econômico na periferia. Em outras palavras, para se aninhar e crescer nas economias capitalistas periféricas, esse padrão de desenvolvimento capitalista tem de satelitizar formas econômicas variavelmente "modernas", "antigas" e "arcaicas", que persistiram ao desenvolvimento anterior da economia competitiva, do mercado capitalista da fase neocolonial e da economia colonial. Tais formas econômicas operam, em relação ao desenvolvimento capitalista-monopolista, como fontes de acumulação originária de capital. Delas são extraídos,

portanto, parte do excedente econômico que financia a modernização econômica, tecnológica e institucional requerida pela irrupção do capitalismo monopolista, e outros recursos materiais ou humanos, sem os quais essa modernização seria inconcebível. Segundo, a própria irrupção do capitalismo monopolista na periferia coincide com uma época de "crise mundial" do capitalismo. Tome-se, por exemplo, a América Latina: as nações latino-americanas, que procuram em tal irrupção a restauração do "poder burguês", não são cenários de revoluções, mas de contra-revoluções. O que significa que as opções históricas de ponta se fazem noutra direção, contra o capitalismo. Como em Cuba, a história conduz ao socialismo. A questão da duração e da presumível eficácia histórica do padrão de desenvolvimento capitalista-monopolista, nas nações da América Latina em que ele irrompeu e está crescendo, não é, pois, tão simples. Ao adaptar-se às estruturas e dinâmismos de economias capitalistas dependentes e subdesenvolvidas, ele se associa a velhas iniquidades econômicas e gera, por sua vez, iniquidades econômicas novas, atraindo para si velhos e novos descontentamentos sociais e políticos. É claro que isso não auxiliará muito quanto à formação de identificações favoráveis nas massas. Ao contrário, poderá ajudá-las a perder toda a confiança no capitalismo e a moverem-se na direção oposta, do socialismo.

Considerações dessa ordem são cruciais. Não se pode supor que o Brasil, por causa de suas dimensões continentais, de seu potencial de matérias-primas e de crescimento do mercado interno, do tamanho de sua população etc. esteja fatalmente destinado a ser um caso à parte na América Latina. Para vencer, aqui como alhures, o capitalismo monopolista terá de travar a sua batalha, que não poderá ser ganha com base na violência institucionalizada e na opressão permanente. Estas demonstraram ser úteis, mas é duvidoso que sua utilidade vá além do que pode ser feito em fases de transição, durante o lapso de tempo em que ocorre o "salto histórico". A longo prazo, é visível que seria contraproducente empregá-las sistematicamente: os sacrifícios exigidos não são do tipo dos que se justifiquem por si mesmos, ou que possam ser tolerados sob condicionamentos psicossociais predeterminados. Em suma, o capitalismo monopolista não poderá prevalecer, se não for capaz de oferecer uma alternativa real em face do socialismo. Impô-lo, pura e simplesmente, é uma técnica precária, que se esgotará em duas ou três décadas, se não antes disso. O que significa que a opção final caberá às maiorias silen-

ciosas dos pobres e excluídos. Poderá o capitalismo monopolista conquistar o seu apoio concreto? A julgar pelas perspectivas brasileiras, a resposta é *não!* Ele se associa, em sua eclosão, a práticas econômicas e políticas tão iníquas, antidemocráticas e desumanas, que aparecerá, para as massas, como o *paraíso* dos ricos, dos poderosos e dos privilegiados. Herda toda a carga negativa, que nasce da fusão de velhos e novos "exploradores do povo".

Pondo-se de lado qualquer juízo ético sobre o capitalismo monopolista e se ele é (ou não) compatível com condições igualitárias e democráticas de existência social, uma coisa é certa. A irrupção do capitalismo monopolista cria pressões extremamente fortes sobre a organização, o funcionamento e o desenvolvimento de economias capitalistas periféricas. O seu espaço econômico estratégico não está nestas economias, mas nas economias capitalistas centrais. Matérias-primas, capacidade de consumo ou de produção, comércio externo, recursos humanos, excedente econômico, tudo, enfim, é mobilizado de dentro para fora, posto a serviço das necessidades básicas ou não, e do crescimento daquelas economias e do mercado capitalista mundial. O exemplo brasileiro é típico a esse respeito. A referida irrupção deslancha a diferenciação e a elevação da produção industrial, ela realiza a revolução industrial com que sempre se sonhou no país. Isso representa novos empregos para as massas e, com frequência, muitos empregos, empregos cobiçados e com salários mais altos. No entanto, as parcelas das massas que se podem beneficiar com tais empregos não são tão numerosas e se vêem ainda mais reduzidas, porque entramos na era de técnicas que envolvem uso intensivo de capital, maior racionalização do trabalho, computadores e os primórdios da automação. De outro lado, a população como um todo, beneficie-se ou não com o padrão de desenvolvimento capitalista-monopolista, tem de arcar com o peso asfixiante das mencionadas pressões diretas ou indiretas sobre as matérias-primas e os recursos materiais ou humanos internos, que se refletem na alta dos preços, na escassez das utilidades, na desorganização do comércio (por influência não só dos intermediários mas dos produtores), na ineficácia de controles econômicos fundados nas decisões do comprador, na inflação, na criação de práticas financeiras exclusivistas mas devastadoras para a coletividade etc. A passagem tão rápida para o padrão de desenvolvimento capitalista-monopolista faz, em suma, com que a súbita mobilização externa de matérias-primas, utilidades, recursos humanos e excedente econômico, em escalas crescentemente

excessivas, produza efeitos similares ao de uma dieta irracional sobre o organismo humano. “Crescendo para fora”, o que fica visível e atinge a todos são os sacrifícios acarretados por essa mobilização maciça, os ônus econômicos e os custos de se tornar um satélite de *grande porte*. O comércio externo passa a marcar as constantes oscilações para cima desse processo sem fim de drenagem, agora não só do excedente econômico, mas de todas as riquezas e de todas as forças econômicas vivas, reais ou potenciais, materiais ou humanas, essenciais ou secundárias.

O que se pode dizer, de um ponto de vista geral, é que sob o capitalismo monopolista o desenvolvimento desigual da periferia se torna mais perverso e “envenenado”. Não se voltando contra a dupla articulação, ele mantém, alarga e aprofunda a dependência, ao mesmo tempo em que agrava o subdesenvolvimento relativo (malgrado os efeitos de demonstração em contrário). Além disso, como também desencadeia pressões fortes no sentido de crescer aceleradamente com “recursos internos”, infunde novas distorções estruturais e dinâmicas no processo de acumulação capitalista. Isso se revela particularmente grave em duas esferas: 1.º as fortes compressões conjunturais dos salários dos trabalhadores; 2.º desinflatores e outras técnicas de transferência de renda que amparam, sistematicamente, os que podem “fazer poupança”, isto é, todos aqueles que estão fora e acima da economia popular. Em contraste, o pequeno e exclusivo exército dos “ricos”, “poderosos” e “modernos” — os grupos de rendas altas e muito altas — além de participar direta e desigualmente da prosperidade induzida de fora, encontra novas facilidades de elevação da renda, graças a uma política econômica e financeira delineada para fazer dele um dos eixos dinâmicos da transição. Ele se projeta, assim, naquilo que se poderia descrever como a “conexão positiva” do padrão de desenvolvimento capitalista-monopolista dependente. Forma os estratos dos consumidores dos artigos de luxo e dos médios ou grandes investidores; e encarna os desequilíbrios que esse novo padrão de desenvolvimento introduz em estruturas econômicas, sociais e políticas que pareciam não suportar maiores incrementos das desigualdades de classe, de região ou de raça.

Não obstante, não é aí que se encontra o impacto negativo fundamental. Muitas das distorções, assinaladas apenas de modo genérico, ligam-se claramente a condições de transição, podendo ser eliminadas ou reduzidas a médio e a longo prazos, se a pró-

pria consolidação do padrão de desenvolvimento capitalista descrito conduzir às “técnicas normais” de produção e de consumo em massa (mesmo sob os efeitos adversos da dependência e do subdesenvolvimento relativo). O mesmo não se poderá dizer da política econômica exigida por esse padrão de desenvolvimento capitalista e das interferências que ela engendra. Nas condições em que se está dando, a transição para o capitalismo monopolista impõe tendências de concentração social da riqueza que não podem ser nem transitórias nem atenuadas com o tempo. Poderá haver uma diluição dos contrastes mais sombrios na distribuição da renda, especialmente quando os assalariados e as classes médias começarem a fazer pressão política, através dos sindicatos e de outros meios. Contudo, aquelas tendências irão persistir, contribuindo para preservar e até agravar os fatores internos que tornam a articulação de economias desiguais, a partir de dentro, uma realidade inelutável. É previsível que aí está o fundamento estrutural e dinâmico para que as grandes corporações (estatais, nacionais ou estrangeiras), os “impérios econômicos” e as metrópoles se transformem em formidáveis núcleos de satelitização de grandes, pequenas e médias cidades e do campo, ou, em outras palavras, do resto da economia e da sociedade brasileira. Do mesmo modo, nas condições em que se está dando, a transição para o capitalismo monopolista não pode concorrer para a autonomização do desenvolvimento capitalista. Ele captura tudo — o mercado interno, o vasto sistema de produção capitalista em expansão, o comércio internacional de matérias-primas e utilidades extraídas ou produzidas no Brasil, parcelas do excedente econômico geradas internamente — para os dinamismos e os controles econômicos das economias capitalistas centrais e do mercado capitalista mundial. Por isso, o que se pensa ser o “momento de predominância estrangeira” não poderá ser eliminado ou atenuado no futuro (próximo ou remoto). Mais que sob o capitalismo competitivo, a drenagem agora se faz sob a estratégia da bola de neve: ela se acelera, se avoluma e se intensifica à medida que o desenvolvimento capitalista interno se acelera, se avoluma e se intensifica. Nesse sentido, até as atividades econômicas diretas do Estado nacional são satelitizadas, pois são absorvidas pela estratégia externa de incorporação e por seus desdobramentos internos. E a iniciativa privada interna, em qualquer proporção significativa, da agricultura, da criação, da mineração, ao comércio interno e externo, à produção industrial, aos bancos e aos serviços, terá de crescer sob o influxo dos dinamismos e dos con-

troles econômicos manipulados, direta ou indiretamente, a partir do desenvolvimento das economias capitalistas centrais e do mercado capitalista mundial. Chegou-se, pois, a um ponto em que a articulação no plano internacional tende a esgotar todos os limites. Sob o capitalismo monopolista, o imperialismo torna-se um imperialismo total. Ele não conhece fronteiras e não tem freios. Opera a partir de dentro e em todas as direções, enquistando-se nas economias, nas culturas e nas sociedades hospedeiras. A norma será: "o que é bom para a economia norte-americana é bom para o Brasil" (e assim por diante). Só que nunca se estabelecerão as diferenças entre a economia norte-americana (ou as outras economias capitalistas centrais) e a economia brasileira. Nessa situação, o industrialismo e a prosperidade capitalista virão finalmente, mas trazendo consigo uma forma de articulação econômica às nações capitalistas hegemônicas e ao mercado capitalista mundial que jamais poderá ser destruído, mantidas as atuais condições, dentro e através do capitalismo.

No que concerne ao significado da irrupção do capitalismo monopolista para as classes antagonicas à dominação burguesa encontramos-nos em uma situação paradoxal. As condições de transição, descritas sinteticamente acima, fizeram com que a "compressão política" se tornasse, a um tempo, extremamente dura e sistemática. A tal ponto que o espaço político, inerente à ordem legal existente, só continuou aberto, democrático e flexível para os membros e as elites das classes dominantes que se identificassem com os propósitos econômicos, sociais e políticos que polarizavam e dinamizavam, de modo consciente, agressivo e violento, a dominação burguesa na fase de transição (ainda em curso). Os divergentes, pertencessem ou não às classes dominantes, estavam sujeitos à repressão ostensiva ou dissimulada e foram (ou não) condenados ao ostracismo. Essa situação gerou duas reações, igualmente limitativas. A mais geral consistiu no aparecimento e na difusão de uma óptica tolerante em relação ao "liberalismo do passado". Criou-se algo parecido com o que ocorreu na Rússia, quando se fazia uma defesa utópico-socialista da estrutura agrária campesina, ameaçada pela expansão do capitalismo. Aqui se passou a defender a pseudodemocracia burguesa, que tivemos sob o capitalismo competitivo, sem se estabelecer qualquer relação genética entre ela e o que veio depois. A outra reação consistiu em confundir o particular com o geral, o que acontecia sob a exacerbação da crise do poder burguês, com o que deverá ser esse poder burguês se superar a crise. É

inegável que os instantes críticos da transição revelam os requisitos políticos do poder burguês como se eles fossem radiografados. Todavia, o próprio poder burguês não poderá perpetuar-se indefinidamente em tensão. Ele mostrou até aonde é capaz de ir — não que possa manter-se assim para sempre. A dominação burguesa exige, tanto econômica quanto socialmente, um mínimo de fluidez política, que é incompatível com um estado de tensão permanente. De qualquer modo, as duas reações provocaram o mesmo efeito. Elas corroboraram o mito de que os antagonismos de classe e as contradições de uma sociedade de classes, agravados sob o capitalismo dependente e subdesenvolvido, podem ser sufocados ou entorpecidos pela mobilização da força bruta da burguesia e do Estado.

Seria isso possível? Mesmo tornando-se autocrático, pode o poder burguês suprimir as bases econômicas e os fundamentos políticos da dominação burguesa, sem destruí-la? Esse é o busillis da questão. Ainda que se aceite que uma evolução dessa espécie fosse possível, tendo-se em mira a preponderância do "espírito mandonista" na recomposição econômica, social e política do poder burguês, semelhante polarização é histórica, não estrutural-funcional. Em outras palavras, ela não é intrínseca à dominação burguesa e é muito provável que outras forças burguesas (internas e externas) desloquem, se essa fase de transição for vencida "dentro da ordem", os elementos oligárquicos que estão por trás dessa polarização⁷. Desse ponto de vista, as forças burguesas, que lutam pela eternização de um regime autocrático, ignoram a essência do capitalismo privado (que se altera substancialmente, mas não desaparece, sob o capitalismo monopolista) e, em consequência, o sentido da dominação burguesa (necessariamente orientado para a defesa sistemática do capitalismo privado). Ao confundir aquilo que "foi preciso fazer" em dado momento, para preservar e fortalecer o poder burguês, com o que se "deve fazer sempre", tais forças correm o risco de concorrer, ou para criar uma evolução alternativa dentro do capitalismo (através de um capitalismo de Estado autêntico, que teria de reduzir ou de eli-

⁷ É preciso que fique claro: dada a irradiação da antiga aristocracia e da oligarquia "tradicional", do último quartel do século XIX em diante, para os setores "modernos", seria inexato fixar as fronteiras do elemento oligárquico na economia agrária. Elas vão, também, à economia urbana e penetram todas as elites burguesas ou pequeno-burguesas (tanto econômicas e profissionais, quanto militares, judiciárias, policiais, religiosas, culturais, educacionais etc.). O melhor exemplo disso é a evolução da mentalidade política dos "tenentes" depois da Revolução de 1930.

minar a importância da iniciativa privada no desenvolvimento capitalista-monopolista), ou para suscitar uma evolução antipitalista (pois os regimes autocráticos favorecem as "revoluções contra a ordem").

Todavia, além e acima de sua significação e implicações políticas, a proscrição repressiva do conflito de classe possuía um fundamento especificamente econômico. Como já foi indicado, várias medidas de política econômica, essenciais para a restauração da dominação burguesa, tinham por função criar fontes de acumulação originária de capital, *dentro de uma economia capitalista constituída e em adiantado estado de transformação industrial* (o que é possível e normal nas economias capitalistas periféricas, por causa do atraso da industrialização, de suas oscilações evolutivas e do seu clímax tardio). Algumas dessas medidas podiam ser dissimuladas, ficando sem visibilidade ou com baixa visibilidade (como ocorreu com os mecanismos de transferência de renda dos mais explorados e que foram manipulados através da inflação, de deflatores que beneficiavam os "investidores", de operações fiscais e financeiras ou de isenções fiscais e privilégios de diversas categorias projetados com esse fito, confisco cambiais etc.). O mesmo não sucedia com a depressão sistêmica dos salários das classes trabalhadoras urbanas, com os "acordos entre cavalheiros" que sempre deixavam as oscilações dos preços entregues à ganância especulativa de produtores e de intermediários, com a revigoração da relutância de estender os critérios de mercado ao trabalho no campo ou a certos tipos de trabalho urbano, os bloqueios à reforma agrária etc. Nessas áreas, a visibilidade não pode ser contida ou dissimulada por meio de artifícios, pois estes não fazem mais que levar à tona o caráter deliberado das manipulações de salários e preços. Para que as referidas fontes de expropriação capitalista pudessem operar dentro da eficácia projetada, impunha-se impedir que medidas dessa natureza pudessem ser expostas à pressão política dos prejudicados. O que se conseguiu transferindo para a esfera de segurança nacional os comportamentos coletivos de autodefesa econômica das massas trabalhadoras. Trata-se de um processo econômico que poderia figurar no capítulo segundo da primeira parte de *O Burguês*, de W. Sombart (admitindo-se que o capitalismo dependente tem peculiaridades estruturais que contrariam a história das economias capitalistas centrais). Ou que lembra como se fizeram "grandes fortunas" a partir do nada, na história épica do capitalismo monopolista nos Estados Unidos (comparação que

permitiria salientar a inocência dos manipuladores das técnicas de expropriação capitalista em uma economia periférica). No entanto, ele foi posto em um contexto de *mecanismo da natureza*, tanto pelas classes dominantes e suas elites no poder, quanto por seus contestadores, como se aí estivesse a própria *ordem natural* do capitalismo monopolista no Brasil. Não se atentou para o fato de que aquele processo era, em si mesmo, a manifestação mais brutal de conflito de classe ocorrida no Brasil depois da universalização legal do trabalho livre e que a economia brasileira se tornaria, automaticamente, um vulcão em ignição se tal processo ganhasse o caráter de uma realidade permanente (deixando-se de lado a questão de saber se ele seria funcional, a longo prazo, para o crescimento de um mercado de consumo em massa).

Ora, enquanto existir capitalismo haverá classes sociais e os mecanismos básicos de relações de classes terão de passar por processos de acomodação, competição e conflito das classes entre si. A dependência e o subdesenvolvimento não eliminam esse fato. Apenas introduzem elementos novos na formação e na manifestação de tais processos, que se ajustam, assim, à natureza do capitalismo dependente e subdesenvolvido, o qual tende a introduzir maiores desequilíbrios econômicos na base dos antagonismos de classes e controles políticos mais rígidos sobre os seus efeitos. Nada disso pode impedir quer que os antagonismos de classes "cresçam" e se "alterem", de acordo com as transformações do desenvolvimento capitalista; quer que eles operem, em cada configuração sócio-econômica e histórica do capitalismo, como reguladores do comportamento coletivo dos indivíduos, como membros das classes sociais, e das classes sociais, como unidades fundamentais da constituição estrutural e dinâmica íntima da sociedade. Portanto, se houve uma alteração do padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil, isto significa que ocorreram, simultaneamente, transformações na base econômica de organização das classes sociais na superestrutura de suas relações entre si (não em termos de acomodação e de competição, mas também em termos de conflito). O conflito reprimido e encoberto nem por isso deixa de existir, de estar presente nas estruturas e nas relações de classes, ou seja, de expandir-se e de condicionar ou causar as modificações que estamos testemunhando em nossa vida diária. Ainda que a única parte visível do conflito de classe apareça em comportamentos autodefensivos das classes dominantes e no teor agressivo de sua dominação de classe, isso já basta ao sociólogo para fazer o seu diagnóstico e

para determinar que os antagonismos de classes estão ativos, fermentando nas estruturas e dinâmismos sociais em reelaboração, bem como na história que se está construindo. É típico da sociedade de classes que as probabilidades de ação econômica, social e política sejam afetadas pela desigualdade das classes. Os antagonismos nem sempre podem subir à tona. Em dados momentos, essa desigualdade confere às classes que detêm o poder a faculdade de tomar iniciativas e até de usar, em seu proveito, ações agressivas de cunho autodefensivo, sem que as demais classes disponham da possibilidade de responder automaticamente, empregando por sua vez ações simétricas de agressão autodefensiva. Com referência à situação brasileira, é quase certo que tanto o otimismo utópico da burguesia vitoriosa quanto o pessimismo também utópico de seus contestadores não se reconhecerão no produto final da história em surdina, que está sendo tecida através de antagonismos de classes de proporções e violência desconhecidas no passado, porque antes o Brasil não entrara na era do capitalismo monopolista.

A descrição sumária, feita em páginas precedentes, das repercussões imediatas da irrupção do capitalismo monopolista deixa claro que o novo padrão de desenvolvimento capitalista está ampliando e aprofundando as desigualdades econômicas, sociais e políticas preexistentes. Não só aumentou o fosso entre o "pobre" e o "rico" ou a distância sócio-econômica, político-cultural e histórica entre as classes despossuídas e as classes possuidoras: o caminho para chegar à riqueza e ao poder fundado na riqueza tornou-se muito mais áspero e difícil. No salto histórico descrito, mais uma vez a posição estratégica das classes dominantes e de suas elites permitiu que elas praticamente monopolizassem as vantagens diretas ou indiretas das transformações ocorridas e em processo. As pressões iniciais de revolução do mercado, do sistema de produção e do sistema bancário tomaram um cunho ultra-elitista, pelo volume de recursos monetários que entram em jogo para qualquer fim (quer os papéis econômicos sejam de "comprador", no caso de bens de consumo duráveis; quer os papéis econômicos sejam de "investidor", de "intermediário" ou de "produtor"). Em consequência, o elitismo, que penetrara tão fundo no controle da economia competitiva, iria renascer, com muito maior vigor, sob a economia monopolista, graças aos novos mecanismos da competição econômica e aos novos dinâmismos financeiros ou de mercado. Contudo, essa constatação não deve impedir que se reconheçam outras alterações concomitantes. No

conjunto, o processo está concorrendo para aumentar a drenagem de populações do campo para as grandes cidades e para as metrópoles. Dada a resistência à reforma agrária e a relutância em universalizar as relações de mercado no campo, incluindo dentro delas, de maneira sistemática, todas as formas de trabalho rural, são evidentes o significado e as implicações da nova transformação capitalista para o mundo agrário brasileiro. De outro lado, é preciso ter-se em conta o que representa a consolidação do "capitalismo industrial" para a massa de população pobre. A via pela qual se atinge o clímax da transição industrial está longe de ser a melhor possível. Todavia, o que importa ressaltar, no caso, são as oportunidades concretas de trabalho, de adquirir um meio de vida, os ritmos de crescimento do proletariado urbano e industrial. De súbito, não é só o poder burguês que se restaura e se recompõe. Simetricamente, o povo muda de configuração estrutural e histórica, e o proletariado adquire um novo peso econômico, social e político dentro da sociedade brasileira. Pode-se dizer que é um começo e que tal evolução sequer serve para contrabalançar os efeitos ultra-elitistas das transformações ocorridas ao nível das classes possuidoras. No entanto, esse é um fato central que muda, de um golpe, o panorama atual e o futuro da sociedade brasileira. Ao consolidar e ao dar novos rumos à industrialização, o novo padrão de desenvolvimento capitalista se associa, queira ou não a burguesia, à multiplicação e ao fortalecimento das condições favoráveis aos movimentos operários e à disseminação do conflito de classes segundo interesses especificamente operários.

Em três direções, pelo menos, as alterações produzidas pelo novo padrão de desenvolvimento capitalista deverão introduzir mudanças profundas nos mecanismos de consciência de classe, de luta de classes e de solidariedade das classes operárias no Brasil. A mais importante, do ponto de vista do impacto reativo das classes submetidas à dominação burguesa sobre o próprio padrão de desenvolvimento capitalista-monopolista, diz respeito à base econômica do trabalho assalariado. Em consequência das pressões diretas das classes operárias, de um lado, e do movimento geral do mercado de uma economia de produção em massa, de outro, a participação econômica assegurada pelos níveis salariais tenderá a aumentar continuamente, no futuro próximo. Os efeitos relativos desse processo na distribuição social da renda serão compensados pela elevação proporcional (ou mais que proporcional, que é o mais certo) da participação dos setores de rendas

médias, altas e muito altas. Contudo, pode-se prever que ele permitirá alimentar um maior engolfamento das classes operárias nos dinamismos da economia de consumo em massa e uma elevação constante do padrão de vida médio dos assalariados em geral. Muitas correntes sindicalistas e socialistas encaram um processo dessa natureza como uma transformação negativa e perigosa, que acarreta maior penetração da "condição burguesa" no meio operário e instiga os operários mais qualificados ou "privilegiados" ao *elitismo profissional*. A experiência já demonstrou fartamente o quanto há de justo nessas críticas. No entanto, esse processo possui enorme importância em uma sociedade tão fechada às práticas democráticas, como é a sociedade brasileira. Para ter um peso próprio, coletivamente, os assalariados precisam melhorar sua base material de vida, alterando, assim, o que muitos descreveriam como o seu "poder de barganha". É claro que tal transformação leva mais facilmente ao que Lênin designava como "sindicalismo economicista", que ao socialismo revolucionário. Porém, não se devem perder de vista outras condições que provavelmente contribuirão para tornar mais firmes os mecanismos de consciência e de luta de classes, servindo de contrapeso à expansão que se deve esperar do chamado "socialismo democrático". Os efeitos extra-econômicos da melhoria da situação material dos assalariados possivelmente encontrarão formas de resistência relativamente fortes de outras classes sociais (em particular quando eles afetarem o poder especificamente político e o "equilíbrio da ordem"). Isso fortalecerá o sindicalismo, obrigando-o a tomar posições nitidamente políticas, e, muito provavelmente, terá repercussões mais fundas, despertando maior interesse, entre os assalariados, pela significação das organizações operárias, da solidariedade de classes e da luta de classes. E, presumivelmente, com conseqüências que terão outras implicações em um contexto histórico-social no qual as classes operárias contam com um peso econômico, social e político expressivo, tanto para a "preservação" quanto para a "alteração" da ordem.

Portanto, a transformação da base econômica relativa das classes operárias é, em si mesma, uma condição muito importante não só para o fortalecimento e consolidação de formas autônomas, autodefensivas e agressivas de comportamento de classe no meio operário. Tais formas de comportamento de classe, até ao presente, só foram acessíveis às classes possuidoras e às suas elites, que apenas as empregaram para defender os seus interesses de classes e "preservar a ordem", através das sucessivas revo-

luções econômicas, sociais e políticas que marcam as metamorfoses do capitalismo no Brasil. Utilizadas pelas classes operárias, elas permitirão: de imediato, a eliminação de distorções pré e subcapitalistas, que se incrustaram em nosso regime de classes; a longo prazo, pôr a acomodação, a competição e o conflito de classes a serviço dos assalariados, único meio pelo qual a classe operária pode lutar por maior equidade sob e dentro do capitalismo. Ainda que isso possa parecer muito pouco, especialmente da perspectiva do socialismo revolucionário, em termos de mudança qualitativa das potencialidades de organização e de atuação da classe operária representa muito. Pela primeira vez na história do capitalismo no Brasil, os assalariados, em geral, e as classes operárias, em particular, deixarão de ser meros instrumentos e vítimas-mudas passivas do desenvolvimento capitalista. E pela primeira vez poderão fazer pressões para que o desenvolvimento capitalista também se adapte às suas necessidades, aos seus interesses e às suas aspirações como e enquanto classe. Essa é a única via pela qual o desenvolvimento capitalista pode adquirir algumas facetas *nacionais* e *democráticas*, o que não aconteceu, até agora, porque a dominação burguesa se impôs sem qualquer contestação efetiva, válida, capaz de produzir efeitos positivos visíveis, em concessões ou em arranjos em que ficasse patente o "temor" diante da *presença operária*. Se isso fará com que as massas operárias, rurais e urbanas se identifiquem com o capitalismo, como acreditam alguns, ou que lutem decididamente contra ele, como pensam outros, só a história poderá decidir.

Em segundo lugar, é preciso levar em conta as conseqüências diretas e indiretas da intensificação constante e crescente da participação econômica das classes operárias para os indivíduos e grupos que as constituem. Até o segundo surto industrial, praticamente, apenas pequenas minorias (como estamentos ou como classes dominantes) tiveram acesso monopolizador aos efeitos construtivos das várias formas e fases da modernização, ligadas ao desenvolvimento capitalista. Já sob os influxos da expansão da economia competitiva essa realidade começou a alterar-se, de modo irreversível, para se acelerar sob o capitalismo monopolista: e segundo um padrão que se irradia mesmo para pequenas cidades, dispersas no mundo rural. De agora em diante, é de esperar que tanto os setores urbanos (em maior escala e com relativa rapidez), quanto os setores rurais (com certa lentidão, mas com aceleração gradual) das classes operárias irão ter acesso aos efeitos construtivos da modernização econômica, sociocultural e po-

lítica. Mesmo mantidas as distâncias existentes entre as classes, em termos de riqueza, de prestígio social e de poder (uma hipótese correta, embora claramente pessimista), isso significa que o incremento da participação econômica servirá de base a maior participação social, cultural e política. Essa tendência possui uma baixa visibilidade (pois ela não aparece nas medidas quantitativas mais evidentes, através das quais se têm avaliado as tendências de distribuição social da renda), porque ela se associa ao movimento das migrações do campo para as cidades e de classificação propriamente dita de novos contingentes na estrutura de classes da sociedade⁸. Mas é através dela que se definem as características históricas mais salientes do "Brasil moderno".

Muitos lamentarão que tal oportunidade tenha aparecido "tão tarde", sob o signo da comunicação em massas e das técnicas de controle social imperantes numa *sociedade de massas*, que atingem desde as condições mais externas das ações humanas até a mente do homem. Todavia, é exagerar demais supor que o poder relativo das classes dominantes se aprofunde de modo unila-

⁸ Pode-se avaliar, considerando-se duas ou três gerações, as proporções de ambos os processos pelos quais a concentração urbana e a industrialização funcionam como estádios de integração do *homem rústico* ou do *homem pobre* de origem rural à estrutura da sociedade de classes. Pessoas e grupos, que se classificavam negativamente com referência à estrutura de classes (na linguagem de Max Weber), acabam se classificando positivamente, através das relações de mercado (vendendo a própria força de trabalho ou, pelo menos, produtos do próprio trabalho). Com frequência, uma boa parte dessa população (a que consegue ocupações urbanas ou industriais estáveis) passa por um segundo processo de integração à estrutura de classes, quando o trabalho opera como uma fonte de classificação profissional ao sistema capitalista de ocupações e de diferenciação sócio-econômica. Em regra, quando esse segundo processo não ocorre na primeira geração migrante, ele se realiza na segunda, o que acarreta uma consolidação relativamente rápida de *status* e papéis sociais dos operários nas cidades (é claro que a evolução é diversa nas cidades que "crescem por inchaço demográfica", pois estas não têm as mesmas possibilidades de absorção das massas migrantes).

Todos esses processos não são apanhados por descrições fundadas na distribuição social da renda, mesmo quando os analistas comparam dois ou três decênios sucessivos. Tais descrições criam, por isso, uma visão estática da realidade, como se o crescimento de grupos de rendas ínfimas, muito baixas e baixas se desse vegetativamente, em circuito fechado. No entanto, a ampla mobilidade de grupos e pessoas de origem rústica ou pobre por essas categorias de renda (e, mesmo, na direção dos estratos médios de renda mais baixa) é que tem servido de base à expansão do regime de classes no Brasil. Ela está na raiz, pois, das contradições de classes assinaladas nesta parte do presente trabalho, as quais não podem ser sufocadas nem resolvidas por via da compressão política.

teral e sozinho, como se as alterações ocorridas na tecnologia, na educação, nos padrões de participação intelectual e política não se irradiassem também para as classes operárias, melhorando, gradualmente, a qualidade, e aumentando, constantemente, a eficácia quer de seus comportamentos especificamente fundados em interesses de classes, quer de sua solidariedade de classe. Como afirmava Durkheim, os fenômenos de alteração do padrão estrutural da sociedade custam a se tornar visíveis: quando se percebe o que está acontecendo, a sociedade já não é mais a mesma. Esse raciocínio se aplica ao presente estágio de evolução da sociedade de classes no Brasil. A sociedade de classes atingiu, depois da Segunda Guerra Mundial, um patamar evolutivo que a distingue, em termos do padrão estrutural e dos dinamismos societários fundamentais, do que ela foi anteriormente. Ela tende a submeter-se a uma nova configuração, sem que se tivesse tomado plena consciência do que está ocorrendo. Uma única evidência atesta, concretamente, a mutação estrutural, que ainda não se refletiu profundamente na história: o comportamento da burguesia brasileira, de 1930 a 1964, e finalmente a necessidade correlata de consolidar o poder burguês de forma ditatorial e autocrática. Para que as coisas tomassem outro rumo (e a alteração em questão fosse mais visível e mais rápida), seria necessário que a ordem econômica fosse efetivamente *aberta* às classes operárias, possuindo, ao mesmo tempo, um mínimo de fluidez (que assegurasse a essas classes a possibilidade de autodefesa econômica, social e política diante das classes dominantes, em termos de acomodação, competição e conflito) e de potencialidades democráticas (o que converteria os processos de acomodação, competição e conflito entre as classes em fatores de consolidação e de transformação de estruturas propriamente nacionais de poder). A demora cultural, no entanto, não impediu o lento evoluir de tais estruturas, perturbando pelo menos as classes que viram desgastadas e ameaçadas as bases de seu poder real e colocando-nos, em nossos dias, no próprio centro do momento crítico, em que a metamorfose estrutural principia a desvendar a história que ela nos reserva.

Por isso, podemos esperar, como altamente prováveis, duas alterações concomitantes, condicionadas pela elevação da participação econômica das classes operárias. De um lado, a alteração do horizonte cultural médio dos membros individuais e dos grupos que constituem as classes operárias (lembre-se: com maior intensidade e rapidez nas metrópoles e grandes cidades e, dentro

destas, nos setores propriamente urbano-industriais). Essa alteração, sem dúvida possível, refletirá um aprofundamento da “socialização burguesa” das classes operárias. Mas acarretará, com certeza, o aparecimento de *um novo tipo de operário*, mais qualificado, econômica, intelectual e politicamente, para entender as complexidades da economia capitalista, a realidade da dominação burguesa e a mistificação inerente ao funcionamento de um Estado que não poderá ser *nacional* enquanto for monopolizado pelo poder burguês e “manipulado de cima para baixo”. A importância do aparecimento de um novo tipo de operário é óbvia. Ele acarretará a renovação (para dizer o menos) do movimento sindical e, em um plano mais amplo e profundo, levará a sociedade brasileira, finalmente, a conhecer qual é a natureza e o sentido das pressões econômicas, sociais e políticas das classes operárias, quando estas se configuram como uma “força social” da história.

Além disso, é preciso considerar outro aspecto da situação. Até o presente, a classe média tem crescido graças à transferência de elementos que pertenciam (ou pertenceram) às *famílias tradicionais* e às classes possuidoras ou pretendiam imitá-las. Elas se originavam dos estamentos altos e intermediários (quase sempre, neste caso, em decadência); ou dos setores que buscavam classificação no “tope” da sociedade (quase sempre, neste caso, elementos extraídos das correntes imigratórias, mas econômica, cultural, social e politicamente identificados com as classes altas e com seus móveis de dominação social). Esse ciclo está se encerrando às nossas vistas. O patamar atual de seleção de candidatos à mobilidade econômica, social e política inclui uma forte massa de elementos genuinamente pobres, com frequência de origem operária e socializados previamente para viver como operários (o que significa que muitos deles estão aptos para submeter a ideologia de ascensão social a uma crítica severa, o que lhes faculta a capacidade de defenderem-se do “ópio conservantista” que ela contém). Aí se acha, pois, um mecanismo tão importante quanto o anterior — e mais ainda, porque ambos se casam, engendrando impulsos de transformação da ordem “de baixo para cima”, que nunca existiram no passado, pelo menos com a universalidade e a intensidade que tenderão a adquirir, na medida em que se manifestarem como uma nova rotina, o que sucederá no futuro próximo. Ao aumentar as proporções de elementos de origem operária e com socialização prévia operária nas classes médias, num clima de “revolução de expectativas”

que não corresponde às potencialidades reais da sociedade brasileira, é claro que emergirão, concomitantemente, novas formas de radicalismo econômico, social e político, de grande importância para “aberturas democráticas” efetivas, que poderão levar quer à *democracia burguesa*, quer ao fortalecimento do socialismo ou a revoluções socialistas⁹.

Por fim, resta considerar o terceiro aspecto. A transformação em curso altera o próprio padrão de composição e de funcionamento do regime de classes. As tendências de transformação da participação econômica das classes operárias, com suas conseqüências quanto aos outros níveis de participação (social, cultural e política) e à diferenciação dos setores intermediários ou quanto ao próprio peso relativo da luta de classes para o equilíbrio da sociedade e sua alteração, são de molde a tirar o regime de classes do estado de latência em que se encontrava. Ele passará a funcionar “para baixo”, isto é, também para as classes operárias e seus interesses econômicos, sociais e políticos. Cumpre assinalar, a este respeito, duas coisas que merecem especial atenção.

O “monolitismo” do poder burguês e da dominação burguesa, no passado recente, não tem sido o *efeito natural* da ausência de cissuras mais ou menos fortes no seio das classes dominantes e de suas elites. O que aconteceu, ainda em 1964, é que não apareceram forças antagônicas suficientemente rijas e independentes para pressionar o poder burguês e a dominação burguesa ao ponto de agravar aquelas cissuras, conduzindo-as a um estado explosivo. As classes dominantes e suas elites sempre encontraram um terreno propício para resolver suas questões conflitantes *intra muros*, articulando de modo mecânico os interesses divergentes que pudessem ser compostos dentro da ordem ou através de revoluções “de cima para baixo”. O aparecimento de pressões de classe mais fortes, primeiro no meio operário e quase concomitantemente nos estratos mais baixos das classes médias em expansão, irá alterar esse quadro por completo, presumivelmente dentro de pouco tempo. A simples existência de pressões de classe

⁹ Note-se que o autor tem clara consciência de que não está formulando uma “utopia”. O contraste dessas potencialidades evolutivas com a presente situação é tão forte que torna incômoda a tarefa crítica do sociólogo. No entanto, a descrição dos aspectos prospectivos considerados permanente ao que se pode inferir sociologicamente das alterações em processo das estruturas da sociedade de classes brasileira (sob o impacto de avanços ocorridos sob o capitalismo competitivo; ou do que surge, em conexão com o capitalismo monopolista).

dessa natureza e sua inevitável fermentação política criam uma interferência estrutural e histórica que nunca existiu anteriormente, expondo o poder burguês a tensões novas, que terão de repercutir, a médio e a longo prazos, nas mencionadas cissuras. Isso forçará as classes dominantes e suas elites a procurarem *aliados* fora de suas fronteiras e a se colocarem os “problemas” econômicos, sociais e políticos também à luz dos interesses das classes baixas, pondo-se um fim ao “monolitismo” que tem impedido qualquer evolução efetivamente *nacional e democrática* do regime republicano.

De outro lado, o “monolitismo” da dominação burguesa sempre serviu como um biombo, que encobria os interesses externos e a dominação externa sob o manto da “iniciativa privada”. Em todos os níveis — da empresa e das várias associações econômicas, administrativas ou políticas, às relações de classe e ao Estado — a presença externa sempre foi diluída, encoberta e encampada pelo “monolitismo” ou dos estamentos dominantes e suas elites ou das classes dominantes e suas elites. O elemento nacional do poder burguês incorporava, assim, os interesses econômicos, culturais e políticos dos dinamismos das economias capitalistas centrais, das nações capitalistas hegemônicas ou das estruturas capitalistas internacionais de poder, reduzindo ou eliminando a visibilidade do imperialismo e dos seus reflexos internos, na imperialização da própria dominação burguesa. Os débeis ataques, feitos contra “interesses imperialistas”, quase sempre surgiam de antagonismos que fermentavam no tope da sociedade; e sua efervescência, em regra, sempre foi, também, de curta duração, pois tais ataques apareciam como expedientes pelos quais certas categorias das classes dominantes procuravam obter alguma vantagem, manipulando agressivamente o próprio “monolitismo” do poder burguês. Tal padrão de reação à dominação externa dificilmente poderá ser mantido indefinidamente, sob o impulso das transformações apontadas. Primeiro, as cissuras no tope tendem a tornar-se mais sérias e graves, sob o padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo monopolista. Elas já não podem ser superadas tão facilmente, através de uma simples “articulação mecânica” de interesses econômicos, sociais e políticos em conflito, no seio das classes dominantes e de seus associados externos. Segundo, a visibilidade dos interesses externos e da dominação externa não pode mais ser encoberta sob o manto da “iniciativa privada” que opera a partir de dentro, na era do capitalismo monopolista e do imperialismo total. A incorporação da periferia

às economias capitalistas centrais, às nações capitalistas hegemônicas e às estruturas capitalistas internacionais de poder aparece nua e cruamente como ela é, sem que o “monolitismo” do poder burguês periférico possa dissimular a natureza e as conseqüências do processo. E isso coincide com transformações que liberam a atividade e a fermentação de pressões “de baixo para cima” das classes operárias nas sociedades capitalistas periféricas. O imperialismo configura-se como um alvo de ataque estratégico, que permitirá concentrar aquelas pressões no calcanhar-de-aquiles da dominação burguesa sob o capitalismo dependente.

Esta breve digressão sugere que, afinal de contas, o clímax industrial da Revolução Burguesa traz consigo o fortalecimento do poder burguês e da dominação burguesa. Mas, ao preço de transformações estruturais da economia capitalista e da organização da sociedade de classes que, a médio e a longo prazos, terão de minar extensa e profundamente o monopólio do poder econômico, social e político da burguesia. Ao se alterar estrutural e dinamicamente, a economia capitalista, inevitavelmente, inter-relaciona as mudanças ocorridas ou em processo. No caso brasileiro, o que aparece, de uma perspectiva sociológica, não deixa de ser paradoxal. No momento mesmo em que instaura o seu poder de dominação e de controle do Estado segundo padrões autocráticos, a burguesia se defronta com efeitos ou com exigências do desenvolvimento capitalista que afetam as bases de seu poder real como classe. Se até hoje ela teve a liberdade de voltar as costas aos interesses e às necessidades da Nação como um todo e às pressões “de baixo para cima” das *classes baixas*, é presumível que, de agora em diante, ela terá de ser crescentemente “mais responsável” e “menos livre” de agir arbitrariamente. Todavia, se essa situação estrutural e histórica vai abrir caminho: ou para um autêntico “nacionalismo burguês” e para uma genuína “democracia burguesa”; ou para uma “revolução dentro da ordem” pró-capitalista mas antiprivatista e antiimperialista; ou, finalmente, para uma “revolução contra a ordem”, definitivamente antiburguesa — é algo que só a evolução futura nos dirá. Alternativas desse tipo, no mundo atual, não dependem somente de fatores estruturais e históricos internos, inerentes à “história da periferia”. Os dinamismos externos contam com tamanha força, que é do conflito entre capitalismo e socialismo, no exterior, que se devem esperar os rumos decisivos das evoluções.

Por isso, como o êxito da revolução industrial, a persistência do padrão de desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira

constitui uma função da vitalidade do capitalismo no resto do "mundo ocidental": hoje, ineludivelmente, uma função de sua capacidade de enfrentar e sobreviver ao confronto com o socialismo em expansão. A internacionalização das estruturas econômicas, socioculturais e políticas da economia capitalista-monopolista aparece, em semelhante conjuntura, como a barreira histórica que impede a desintegração da dominação burguesa na periferia. A eficácia dessa barreira só agora começa a ser testada, numa periferia em crescente revolta contra as iniquidades internacionais do capitalismo e contra as iniquidades nacionais da dominação burguesa sob o capitalismo dependente. O Brasil não escapa a essa regra e a particulariza, mesmo, como um caso típico. O que confere a esse teste, na situação brasileira, uma significação que transcende ao estreito palco e à acanhada óptica a partir dos quais a burguesia brasileira situa os móveis econômicos, sociais e políticos de sua dominação de classe.

CAPÍTULO 7

O Modelo Autocrático-Burguês de Transformação Capitalista

A RELAÇÃO ENTRE A DOMINAÇÃO BURGUESA e a transformação capitalista é altamente variável. Não existe, como se supunha a partir de uma concepção europeucêntrica (além do mais, válida apenas para os "casos clássicos de Revolução Burguesa"), um único modelo básico democrático-burguês de transformação capitalista. Atualmente, os cientistas sociais já sabem, comprovadamente, que a transformação capitalista não se determina, de maneira exclusiva, em função dos requisitos intrínsecos do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, esses requisitos (sejam os econômicos, sejam os socioculturais e os políticos) entram em interação com os vários elementos econômicos (naturalmente extra ou pré-capitalistas) e extra-econômicos da situação histórico-social, característicos dos casos concretos que se considerem, e sofrem, assim, bloqueios, seleções e adaptações que delimitam: 1.º) como se concretizará, histórico-socialmente, a transformação capitalista; 2.º) o padrão concreto de dominação burguesa (inclusive, como ela poderá compor os interesses de classe extraburgueses e burgueses — ou, também, os interesses de classe internos e externos, se for o caso — e como ela se impregnará de elementos econômicos, socioculturais e políticos extrínsecos à transformação capitalista); 3.º) quais são as probabilidades que tem a dominação burguesa de absorver os requisitos centrais da transformação capitalista (tanto os econômicos quanto os socioculturais e os políticos) e, vice-versa, quais são as probabilidades que tem a transformação capitalista de acompanhar, estrutural, funcional e his-